



ENERGIA

Governo amplia estímulos e turbina BNDES (Folha de SP) 10/12/09.....	3
Medida vai desengavetar projetos, diz indústria (Folha de SP) 10/12/09	3
Sobra aço no mercado, diz Gerdau (Folha de SP) 10/12/09	4
MPX obtém do BNDES R\$ 1 bi para usina (Folha de SP) 10/12/09	5
Sistema anticheia só volta à ativa em 10 dias (Folha de SP) 10/12/09.....	5
Aposentados e CUT criticam aumento (Folha de SP) 10/12/09.....	6
Na contramão mundial, país eleva estímulo (Folha de SP) 10/12/09.....	7
Câmara aprova redução dos royalties da União no pré-sal (Folha de SP) 10/12/09.....	7
Após "mensalão do DEM", Lula propõe pena maior para corrupção (O Estado de SP) 10/12/09.....	8
Pacote tenta elevar investimentos e amplia renúncia fiscal para R\$ 5,5 bi (O Estado de SP) 10/12/09.....	9
Câmara aprova principal projeto do pré-sal (O Estado de SP) 10/12/09.....	10
Com Estreito, Maranhão terá mais energia (O Estado de SP – especial Nordeste) 10/12/09	11
Ceará é líder em energia eólica (O Estado de SP – Especial Nordeste) 10/12/09	11
Pacote incentiva refino fora do Sul/Sudeste (O Estado de SP) 10/12/09	12
Mudança nos cálculos pode reduzir valor das elétricas (Valor Econômico) 10/12/09	13
Aversão a risco faz estrangeiro partir (Valor Econômico) 10/12/09	14
Dividendo da Eletrobrás (Valor Econômico) 10/12/09	15
Leilão de energia é cancelado devido a atraso em licenciamento de usinas (Valor Econômico) 10/12/09	15
Brasil quer garantia contra "protecionismo verde" (Valor Econômico) 10/12/09	15
Mercado interno atrai capital estrangeiro (Valor Econômico) 10/12/09	16
País será quinta economia do mundo "se não rasgar dinheiro", diz Lula (Valor Econômico) 10/12/09	18
Pacote de 13 medidas busca elevar investimento produtivo (Valor Econômico) 10/12/09	18
Petrobras explorará nova área no Uruguai (Valor Econômico) 10/12/09.....	19
As distribuidoras e o blecaute (Correio Popular) 10/12/09.....	20
MC2 João Neiva atuará como produtor independente de energia (CanalEnergia) 10/12/09	21
MPX Energia ON encerra em queda de 8,03% (CanalEnergia) 09/12/09	21
Governo desonera permanentemente IPI sobre aerogeradores (CanalEnergia) 09/12/09.....	22
Leilão A-5: cancelamento não afeta segurança do abastecimento, segundo agentes (CanalEnergia) 09/12/09	22
MMA discute licenciamento de parques eólicos (CanalEnergia) 09/12/09	22
BNDES receberá empréstimo de R\$ 80 bilhões do Tesouro Nacional (CanalEnergia) 09/12/09.....	23
Reservatório de Billings opera com 83,20% da capacidade (CanalEnergia) 09/12/09	23
CVM analisa emissão de debêntures da Rede Energia (CanalEnergia) 09/12/09.....	24
Siemens vai construir fábrica de aerogeradores no Brasil (CanalEnergia) 09/12/09	24
Fiesp debate distorções no reajuste tarifário nesta semana (CanalEnergia) 09/12/09	24
TRF-1 mantém liminar que suspende efeitos da IN-7 (CanalEnergia) 09/12/09	25
MPX Energia tem o gás como foco dos negócios em 2010 (CanalEnergia) 09/12/09	25
Copel marca para 24 de janeiro novas provas de concurso (CanalEnergia) 09/12/09	26
Aprovada versão 2010 das regras de comercialização de energia (CanalEnergia) 09/12/09	26
Leilão A-5: cancelamento surpreende MPX Energia (CanalEnergia) 09/12/09	26
BNDES aprova financiamento de R\$ 1 bilhão para UTE Porto do Itaqui (CanalEnergia) 09/12/09	27
MPX Energia ON opera em queda de 6% (CanalEnergia) 09/12/09.....	27
BDMG firma contrato de financiamento de R\$ 10 milhões para PCH Cristina (CanalEnergia) 09/12/09	28

Aprovadas regras para atendimento com redes elétricas a parcelamentos de solo para fins urbanos (CanalEnergia) 09/12/09.....	28
Aneel reajusta TAR para R\$ 64,65/MWh (CanalEnergia) 09/12/09	28
Leilão A-5 é cancelado por falta de licença para hidrelétricas (CanalEnergia) 09/12/09	29
UTE Santa Juliana inicia operação em teste de 15 MW (CanalEnergia) 09/12/09	29

SINDICAL

Trabalho aprova criação de licença-paternidade opcional de 30 dias (CUT Nacional) 10/12/09.....	29
Nota da CUT sobre taxa Selic (CUT Nacional) 09/12/09.....	30
Plataforma da Classe Trabalhadora para 2010 (CUT Nacional) 09/12/09.....	30
Centrais Sindicais do Cone Sul (CUT Nacional) 09/12/09.....	31
Pacote de incentivo à economia (CUT Nacional) 09/12/09	32
Espírito Santo (CUT Nacional) 09/12/09.....	33
Entrevista à Agência Brasil (CUT Nacional) 09/12/09	34
CNQ/CUT (CUT Nacional) 09/12/09.....	34
Renda familiar tem influência direta no acesso de crianças à educação, mostra estudo (CUT Nacional) 09/12/09.....	35
Reunião entre APP-Sindicato e Secretária da Educação discute pendências das negociações (CUT Nacional) 09/12/09.....	36
Cidades do ABC aderem à agenda do trabalho decente (CUT Nacional) 09/12/09.....	37
Bancários negociam aditivo com Santander e obtêm primeiros avanços (CUT Nacional) 09/12/09.....	38
Trabalhadores na Volks do ABC aprovam dias adicionais para 2010 (CUT Nacional) 09/12/09.....	40
Sindicato faz novo protesto contra aumento do IPTU (CUT SP) 09/12/09.....	40

Governo amplia estímulos e turbina BNDES (Folha de SP) 10/12/09

Medidas equivalem a injeção de R\$ 3,2 bi, além de capitalização extra de R\$ 80 bi ao BNDES para estimular investimento

Bancos poderão captar recursos de longo prazo; desoneração de computador é estendida até 2014; petroquímica é beneficiada

SHEILA D'AMORIM
EDUARDO RODRIGUES
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Apesar de a equipe econômica destacar que o Brasil já entrou numa nova fase de crescimento após a crise financeira, o governo decidiu injetar mais R\$ 3,2 bilhões para tentar garantir a retomada dos investimentos e da produção já no início do ano eleitoral de 2010.

Os recursos virão por meio da prorrogação de desonerações já existentes e da criação de novas isenções de impostos e contribuições. Além disso, haverá novas linhas de crédito.

A maior parte dos benefícios fiscais no ano que vem, R\$ 2,6 bilhões, incentivará a venda de computadores no varejo (R\$ 1,6 bilhão) e investimentos no refino de petróleo e na indústria petroquímica nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Além disso, o BNDES também receberá uma nova ajuda do Tesouro Nacional, agora de R\$ 80 bilhões, para financiar investimento produtivo -neste ano houve reforço de R\$ 100 bilhões. Essas medidas, anunciadas na última reunião do ano do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), vão se somar a outras vigentes neste ano e que já haviam sido prorrogadas.

Só neste ano, o governo abriu mão de R\$ 27 bilhões em impostos e contribuições, segundo a Fazenda, para tentar tirar o país da recessão econômica que durou do último trimestre de 2008 ao primeiro de 2009.

Parte dessas desonerações -como redução de IPI para geladeiras, fogões, automóveis e material de construção- o governo já havia anunciado que seriam mantidas em 2010. Ontem, numa nova rodada de "bondades", o ministro Guido Mantega (Fazenda) ampliou a lista com mais 13 medidas.

Anunciou, por exemplo, que a isenção de PIS/Cofins para computadores que acabaria neste ano valerá até 2014. Já a isenção de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para máquinas e equipamentos, que acabaria neste mês, foi prorrogada para junho de 2010.

Como novas desonerações, o governo anunciou a suspensão das cobranças de IPI, PIS/Cofins e Imposto de Importação para computadores adquiridos por escolas públicas e nos investimentos na indústria petroquímica. E os equipamentos usados na produção de energia eólica (aerogeradores) terão isenção permanente de IPI.

Para tentar estimular o mercado de crédito, sobretudo o financiamento de investimentos, o Tesouro dará R\$ 80 bilhões ao BNDES. Investimento é o grande gargalo da economia. Até meados do ano passado, antes do agravamento da crise mundial, os investimentos cresciam com vigor.

A expectativa de Mantega é que ele volte a subir 20% ao ano para garantir oferta de bens e serviços compatível com um crescimento da economia de 5% nos próximos anos, sem geração de inflação.

Um dos focos das medidas é o setor financeiro. O governo decidiu permitir que os bancos possam emitir letras financeiras, papéis semelhantes às debêntures lançadas por empresas. Segundo Mantega, essa é uma forma de as instituições conseguirem captar recursos de prazos mais longos para poder repassá-los aos clientes.

"Hoje captam num prazo muito curto e há um descasamento. Queremos que o setor privado financeiro esteja mais presente nos financiamentos de investimentos do país", disse. A medida será regulamentada na reunião do Conselho Monetário Nacional, marcada para a semana que vem.

Para garantir a demanda por esses títulos, o BNDES irá destinar R\$ 10 bilhões para comprar parte das emissões de letras financeiras (até 20%) e também de debêntures de empresas. A ideia, segundo Mantega, é que o banco controlado pela União estimule também a formação de um mercado secundário, em que os títulos são negociados após o lançamento.

Medida vai desengavetar projetos, diz indústria (Folha de SP) 10/12/09

DANILO VILELA BANDEIRA
PAULO DE ARAUJO
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

A maioria dos setores beneficiados pelas desonerações reagiu positivamente ao anúncio das bondades fiscais. Enquanto fabricantes de navios, computadores e máquinas saudaram as medidas, apenas a indústria de turbinas eólicas manifestou insatisfação com os incentivos, considerados tímidos.

Agraciados com a prorrogação até 2014 da isenção de PIS/Cofins, os fabricantes de computadores comemoraram -e esperam fechar 2009 com 12 milhões de unidades vendidas, três vezes o volume de 2005, ano em que o benefício começou a vigorar.

Para Humberto Barbato, presidente da Abinee (associação da indústria de eletrônicos), a extensão já era esperada. "O volume de computadores vendidos no mercado informal, que girava em torno de 60% do total, caiu para uma faixa de 30% com a isenção. Isso diminuiu os preços e melhorou a arrecadação do governo", afirma.

Os fabricantes de máquinas, segmento que é termômetro da economia, dizem que o governo atendeu as principais propostas do setor. Para José Velloso, vice-presidente da Abimaq (entidade que reúne os fabricantes de máquinas), a prorrogação dos juros reduzidos para a compra de máquinas e a isenção do IPI permitirão que o setor produtivo continue a "desengavetar" projetos de investimentos paralisados durante a crise.

"O setor de bens de capital sofreu queda de 22% no faturamento de janeiro a outubro porque as empresas pararam de investir. Não sabemos até que ponto, mas acredito que esse quadro comece a se reverter agora", diz Velloso.

A indústria naval também aprovou a confirmação de crédito de R\$ 15 bilhões para navios e estaleiros. Para o Sinaval (sindicato do setor), a medida "confirma a prioridade que esse mercado está merecendo no esforço de geração de empregos e de desenvolvimento".

Insatisfeitos

No contrafluxo, o presidente da Abeeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica), Lauro Fiuza, crê que a isenção do IPI concedida às turbinas de energia eólica não basta para colocar o setor em pé de igualdade com as hidrelétricas.

"A carga tributária do setor é de 30%. Se toda a cadeia fosse desonerada, o custo de produção de energia seria igual ao da hidrelétrica", diz Fiuza.

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) engrossou o coro dos descontentes. Em nota à imprensa, a entidade declarou que faltaram "exigências explícitas de contrapartidas sociais" aos empresários beneficiados pelas isenções.

Sobra aço no mercado, diz Gerdau (Folha de SP) 10/12/09

Para empresário, país deve escoar produção para o exterior, mas logística e tributos são empecilho

Recentemente, Lula pressionou a direção da Vale a agregar mais valor ao minério de ferro em vez de exportar o produto em bruto

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O empresário Jorge Gerdau Johannpeter afirmou durante a reunião do CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) que, por ter uma capacidade instalada 117% superior à demanda interna, a indústria siderúrgica brasileira precisa conseguir aumentar as exportações. No entanto, encontra dificuldades logísticas e tributárias para competir no mercado internacional.

"Embora nós tenhamos nos recuperado de uma forma significativa, o setor tem hoje uma capacidade equivalente a mais do que o dobro do consumo interno. Isso significa que nós temos um esforço enorme a fazer em relação à exportação." De acordo com dados do Instituto Aço Brasil, o parque instalado é capaz de produzir 42 milhões de toneladas por ano, enquanto o consumo de aço previsto no país em 2009 é de 19,3 milhões de toneladas produzidas internamente e 1,5 milhão de toneladas importadas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pressionou recentemente a Vale e seu principal executivo, Roger Agnelli, a aumentar os investimentos no beneficiamento do minério de ferro antes de exportá-lo em bruto, para agregar mais valor na pauta de vendas brasileiras ao exterior e gerar mais empregos no país.

Para Gerdau, o ideal seria mesmo continuar aumentando a capacidade do setor, mas o problema, afirmou, é que também há grande ociosidade em outros países.

Cenário complicadíssimo

"É um cenário complicadíssimo. Existe uma sobra de cerca de 650 milhões de toneladas por ano na oferta global, e metade dessa capacidade está em países que competem conosco", acrescentou o empresário, referindo-se aos gigantes asiáticos China e Índia.

Além de considerar que a demanda de aço brasileira ainda é muito baixa em relação aos países desenvolvidos e emergentes, Gerdau criticou o tamanho da carga tributária que incide sobre a cadeia do setor. Segundo o empresário, a indústria siderúrgica paga R\$ 13 bilhões em tributos por ano, enquanto a renda dos trabalhadores do setor é de R\$ 4,9 bilhões.

"A carga tributária é indiscutivelmente elevada. Quando se olham os balanços mundiais, globalmente a carga do setor é praticamente a metade da que nós temos", afirmou.

Além disso, ressaltou o desafio diplomático que o país precisa enfrentar para se defender do protecionismo internacional e combater práticas desleais de comércio.

Gerdau também reclamou dos altos preços pagos no Brasil por energia elétrica e gás natural, da valorização do câmbio e do rigor das leis trabalhistas. "Por causa do sucesso financeiro, não percebemos que as cadeias produtivas do país estão perdendo espaço."

MPX obtém do BNDES R\$ 1 bi para usina (Folha de SP) 10/12/09

DA REUTERS

A MPX -braço de energia do grupo EBX, do empresário Eike Batista- obteve junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) um financiamento de R\$ 1,038 bilhão para construir uma usina térmica a carvão no Maranhão, com potência instalada de 315 megawatts.

O empréstimo para a obra terá prazo de 17 anos e será amortizado em 14, segundo comunicado ao mercado. A empresa terá carência para pagamento de juros até julho de 2012.

Ainda em complementação aos financiamentos do BNDES, a MPX aguarda a aprovação de crédito de R\$ 203 milhões do Banco do Nordeste do Brasil.

Ontem a empresa cuidou de explicar ao mercado que, apesar do cancelamento do leilão para entrega de energia em 2014, a MPX continua com meta de se tornar uma peça importante no setor.

O leilão foi cancelado pelo governo na noite de terça-feira sob alegação de falta de licenças ambientais para os projetos. Segundo a direção da empresa, o governo terá que realizar outro leilão no ano que vem para atender 2015, e por isso os planos da companhia foram apenas adiados para 2010.

Energia (Folha de SP – Painel do leitor) 10/12/09

"A respeito da reportagem "Governo quer usar eleição para eliminar erro em tarifa de luz" (Dinheiro, 8/12), a Agência Nacional de Energia Elétrica esclarece que a solução para o aprimoramento da metodologia de reajuste tarifário das distribuidoras por meio de aditivo ao contrato de concessão é responsabilidade da agência, e a análise segue critérios eminentemente técnicos e regimentais.

A Aneel tem os seus processos deliberados em reuniões públicas da diretoria colegiada e, como entidade de Estado, e não de governo, pauta o seu trabalho pelo equilíbrio no tratamento dispensado a empresas e consumidores, reconhecendo e respeitando os seus respectivos organismos de representação."

ADRIANO FERNANDES , assessor de comunicação da Aneel (Brasília, DF)

Sistema anticheia só volta à ativa em 10 dias (Folha de SP) 10/12/09

Bomba que falhou na chuva de anteontem e agravou a enchente dos rios Pinheiros e Tietê só fica pronta na semana que vem; não há "plano B"

Há previsões de chuvas fortes amanhã e sábado; secretária estadual Dilma Pena diz que não haverá mais nenhuma "catástrofe"

ROGÉRIO PAGNAN
ALENCAR IZIDORO
DA REPORTAGEM LOCAL

A bomba que falhou e agravou as enchentes em São Paulo anteontem só voltará a funcionar na próxima semana -em até dez dias. Até lá, a capital ficará sem um plano alternativo para suprir a falta desse equipamento caso haja novos temporais com proporções semelhantes. Há previsão de chuvas fortes amanhã e no sábado.

O temporal desta semana na Grande SP provocou a morte de oito pessoas, deixou centenas de pessoas ilhadas, 105 pontos de alagamentos, estradas fechadas, cerca de mil desabrigados e levou ao transbordamento do Tietê. O prefeito Gilberto Kassab (DEM) minimizou os transtornos. Disse que foi "um dia muito difícil". "O caos é diferente. Caos é caos", declarou.

O equipamento que falhou é um dos quatro existentes na Usina Elevatória de Traição, no rio Pinheiros, criada justamente para conter as enchentes. Ele tem a função de reverter a trajetória do rio, direcionando as águas para a represa Billings.

Anteontem, em nota, a gestão José Serra (PSDB) afirmava que o "maior problema no rio Pinheiros foi com uma bomba do sistema da usina de Traição que não funcionou". "Isso comprometeu 25% da capacidade de bombeamento e estrangulou ainda mais a capacidade de escoamento do Tietê."

Ontem, porém, após ser questionada sobre a existência de um "plano B", a secretária de Saneamento e Energia do Estado, Dilma Pena, passou a minimizar a importância do equipamento e, também, afirmou que não haverá nova "catástrofe".

"O que aconteceu no Tietê e em Pinheiros não pode ser creditado à bomba. Houve uma chuva muito intensa, torrencial. A bomba ajudaria ali naquele ponto, ali na Cidade Universitária. Ali a bomba ajudaria, o nível ficaria mais baixo. Ali fez falta a quarta bomba, mas para o Tietê não tem influência nenhuma", afirmou.

E o "plano B"? "O importante é o monitoramento. Estamos monitorando. Junto com o pessoal do Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais]. Não tem catástrofe não."

Para o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia), as chuvas não devem dar trégua até o fim de semana.

"A falha na bomba é a mesma coisa que, durante uma cirurgia cardíaca, o anestesista dizer ao cirurgião que a energia do prédio acabou e o gerador não está funcionando. Ninguém sabia que a bomba não funcionava?", questiona Marcelo Rozenberg, do Instituto de Engenharia.

Dilma também deu detalhes do "estudo" sobre a implantação de duas bombas adicionais na usina de Traição. Segundo ela, não serão máquinas reservas, mas sim novos equipamentos que serão acoplados. Não há, porém, um prazo -e isso deverá ocorrer só em 2010.

A gestão Kassab se negou ontem a dar detalhes sobre falhas no sistema de escoamento de água na ponte das Bandeiras, onde há bombas para remover água das pistas. O prefeito falou em intrigas. "Foram algumas pessoas que quiseram intrigar a prefeitura com o governo."

Dilma confirmou problemas na região, mas não falou em bombas. "Foi um muro de arrimo, que protege contra passagem das águas para pista."

Colaborou a Reportagem Local

Aposentados e CUT criticam aumento (Folha de SP) 10/12/09

Entidade que representa beneficiários do INSS e central sindical discordam de reajuste e de sua concessão por meio de MP

Para confederação de aposentados, aumento teria de ser igual ao do mínimo; CUT queria ao menos 80% da variação do PIB de 2008

DO "AGORA"
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Cobap (Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas) e a CUT (Central Única dos Trabalhadores) criticaram ontem a decisão do governo de conceder ganho real de apenas metade do aumento do PIB em 2008 aos aposentados que ganham mais do que o salário mínimo e a forma de dar o reajuste por meio de medida provisória, a ser editada na próxima semana.

"O governo está tramando por baixo do pano para apunhalar os aposentados. Mas, na eleição [de 2010], os segurados do INSS vão se lembrar de todos os deputados que participarem dessa armação", afirmou Warley Martins Gonçalves, presidente da entidade. A Cobap defende o mesmo índice real de reajuste do salário mínimo para todos os aposentados. O ministro José Pimentel (Previdência Social) confirmou ontem que governo irá editar ainda neste mês uma medida provisória para conceder o reajuste acima da inflação para os benefícios de aposentados e pensionistas, conforme a Folha antecipou ontem. O reajuste vale a partir de 1º de janeiro.

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) não concorda com o índice apresentado pelo governo. A central quer ganho real de 80% do crescimento do PIB, o que daria reajuste de cerca de 7,55%. Pela decisão do governo, o reajuste será de 6,2%.

"Além disso, queremos uma política séria de valorização do mínimo que também favoreça os aposentados que ganham o piso do INSS", disse Artur Henrique, presidente da CUT.

O PSDB e o DEM vão manter a pressão no Congresso para que entre na pauta de votação o projeto de lei nº 1/2007 com a emenda garantindo o mesmo aumento do mínimo para todos os aposentados.

"O governo tem medo de perder e está falando em medida provisória com reajuste menor, mas o que os aposentados querem mesmo é o aumento igual ao do mínimo", disse Ronaldo Caiado (DEM-GO).

PMDB não vê "prioridade"

O PMDB afirmou que apoia a decisão do governo e que a votação do projeto de lei com a emenda que estende o aumento do mínimo para todos os aposentados não é uma prioridade no momento. Segundo o PMDB, o mais adequado é mesmo a edição de uma medida provisória para garantir o reajuste dos aposentados.

O presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical, João Batista Inocentini, disse que o índice de reajuste não é o ideal, mas que as negociações com o governo podem gerar avanços importantes para os aposentados.

"Com o aumento, vem a promessa de uma política de valorização dos benefícios. A médio prazo, poderemos recuperar muito das nossas perdas. Não podemos esquecer que a proposta do governo é de aumento real, coisa que há muito tempo os aposentados não têm", disse Inocentini.

Aumentos

Como já previa a proposta de Orçamento para 2010 enviada ao Congresso em agosto, para os 18,5 milhões de beneficiários que ganham um salário mínimo, o ganho real a partir de janeiro será de 5,1%, equivalente ao aumento do PIB de 2008.

Já os 8,3 milhões que recebem acima do piso previdenciário terão apenas metade do reajuste, ou seja, 2,55% acima da inflação de 2009.

"A partir de agora, quem ganha mais do que o mínimo também tem o direito de participar do crescimento econômico", afirmou Pimentel. No entanto, um projeto já aprovado pelo Senado e pronto para ser votado pelo plenário da Câmara garantia para todos os beneficiários o reajuste pelo PIB total.

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), autor da emenda, os aposentados que recebem mais do que o mínimo terão reajuste menor por causa da omissão dos deputados. "O Senado fez a sua parte aprovando os 100%, mas faltou à Câmara assumir a responsabilidade. Depois, nas eleições, todo mundo vai pedir voto para os aposentados."

Na contramão mundial, país eleva estímulo (Folha de SP) 10/12/09

Além do Brasil, só o Japão, entre grandes economias, anunciou recentemente medidas de incentivo, com pacote de US\$ 81 bi

Para OCDE, Brasil deveria começar a enxugar medidas de apoio já no começo de 2010; Banco Mundial e FMI também pedem moderação

ÁLVARO FAGUNDES
DA REDAÇÃO

O pacote de medidas anunciado ontem pelo governo brasileiro ocorre num momento em que os principais organismos internacionais já discutem como e quando começar a desmontar os planos de estímulo trilionários adotados no mundo desde o ano passado. Mais: a OCDE recomendou que o Brasil comece a enxugar medidas já no começo do ano que vem.

Com a economia mundial apresentando sinais de recuperação, parte das discussões hoje está centrada em retirar a ajuda estatal. O temor é que, se isso ocorrer cedo demais ou com muita pressa, a economia possa desabar para uma nova recessão. Mas a adoção de mais estímulos não está no centro dos debates, especialmente em relação às economias emergentes, que dão mais sinais de força do que as nações ricas.

A posição mais contundente sobre o assunto é a do presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, que vem afirmando desde a metade do ano que não são necessários mais pacotes de estímulo. Além dos riscos de inflação, o dirigente vem afirmando de que as medidas tomadas pelos governos também podem criar bolhas de ativos.

Diz mais: as soluções adotadas recentemente para combater a crise atual poderão se tornar o problema em um futuro não muito distante. "Se houver bolhas de ativos que não forem atacadas corretamente, você pode novamente prejudicar a confiança em 2010, ano que é a minha principal preocupação."

Para Zoellick, os pacotes já adotados devem prosseguir até 2010 e as medidas para o desmonte desses planos devem ser coordenadas entre os países.

Já a OCDE (grupo que reúne 30 das maiores economias do planeta) afirma que a recuperação dos não membros da entidade -entre eles, o Brasil e a China- se tornou uma fonte de ajuda para os países ricos e que a "grande questão" em várias dessas economias é a retirada dos pacotes de estímulo para não gerar inflação.

"Uma política sensata de retirada dos estímulos é recomendável para o início de 2010, caso a recuperação ocorra de acordo com o esperado", afirma a entidade em documento divulgado em novembro.

O desmonte dos pacotes de estímulos também faz parte das preocupações nos discursos do FMI. O diretor-gerente do Fundo, Dominique Strauss-Kahn, vem dizendo que os planos de ajuda ainda devem ser mantidos, mas, em nenhuma das suas declarações recentes, fala em ampliação dos gastos.

Segundo ele, o enxugamento dos estímulos "deve esperar uma recuperação segura da demanda privada, assim como uma estabilidade financeira mais firme. Recomendamos errar pelo lado da cautela, visto que sair cedo demais é mais caro do que sair tarde demais".

Entre as grandes economias, além do Brasil, só o Japão tomou recentemente medidas de estímulo, com um pacote de US\$ 81 bilhões, mas o segundo maior PIB do planeta ainda está derrapando no seu processo de recuperação, enfrentando deflação e uma moeda valorizada que prejudica a venda de produtos para o exterior.

Câmara aprova redução dos royalties da União no pré-sal (Folha de SP) 10/12/09

Projeto prevê regime de partilha e eleva distribuição de recursos a Estados e municípios

Votação de destaques ainda poderá alterar texto-base, aprovado após acordo feito com o governo; Lula deverá vetar parte das mudanças

LEILA COIMBRA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Após oito horas de discussão, o governo conseguiu ontem à noite aprovar na Câmara o texto-base do projeto que muda o modelo de exploração de petróleo do pré-sal para partilha (em vez de concessão) e redistribui os recursos dos royalties.

O projeto estava pronto para entrar na pauta do plenário da Casa desde 11 de novembro, mas a obstrução da oposição e a divisão da base aliada vinham impedindo o seu avanço.

Os deputados ainda vão discutir na próxima semana os destaques ao texto-base. Um dos destaques sob análise é o de Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que, na prática, modifica todo o texto principal. Em linhas gerais, o texto tira parte dos royalties da União e divide o restante entre Estados e municípios por meio de fundos de participação. O projeto só vai ao Senado após a votação dos destaques.

Ontem, a oposição desejava que, antes, fosse colocado em pauta projeto sobre reajuste a aposentados. Na base aliada, por sua vez, a disputa era pela divisão dos recursos do pré-sal entre Estados e municípios produtores ou não de petróleo.

Ontem foi aprovado o texto do acordo fechado na terça-feira entre os líderes dos partidos e o governo federal.

Pelo acordo, a União aceitou abrir mão de parte dos recursos em favor de Estados e municípios não produtores. Com o acerto, a União irá perder R\$ 2,8 bilhões em receita por ano, segundo cálculos da assessoria técnica da bancada do PSB.

Mas estimativas no Congresso atribuídas ao Ministério da Fazenda apontavam para perda maior: de R\$ 80 bilhões em 16 anos, média de R\$ 5 bilhões ao ano. Nesses cálculos, até o ano de 2025 a fatia da União na divisão dos royalties e da participação especial do petróleo do pré-sal cairia de R\$ 272 bilhões para R\$ 192 bilhões.

A participação dos Estados não produtores, por sua vez, subiria de R\$ 20,8 bilhões no período para R\$ 112 bilhões, enquanto a arrecadação dos municípios não produtores aumentaria de R\$ 35,7 bilhões para R\$ 57,8 bilhões, segundo os cálculos apresentados.

O projeto aprovado prevê que os Estados produtores (RJ, SP e ES) ficarão com 26,25% dos royalties, e os municípios produtores, com 18%. As cidades afetadas por operações de embarque e desembarque receberão 5%. A União ficará com 20%, os municípios não produtores com 8,75% e os Estados não produtores com 22%.

Contrariando a equipe econômica do governo, o relator do projeto, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), pôs no texto uma redução da fatia da participação especial (espécie de royalty extra) destinada à União, distribuindo os valores entre Estados e municípios não produtores. A União passa de 50% para 35% dessa participação -desses 15 pontos, os Estados não produtores ficarão com 10 e, os municípios não produtores, com 5 pontos.

Apesar do acordo (que gera perda de receita para a União), a equipe econômica vai sugerir ao presidente Lula que vete modificações na chamada participação especial dos campos já licitados do pré-sal, tributo cobrado sobre a renda líquida da exploração de petróleo.

Após "mensalão do DEM", Lula propõe pena maior para corrupção (O Estado de SP) 10/12/09

Projeto a ser enviado transforma prática, assim como peculato e concussão, em crimes hediondos e inafiançáveis

Tânia Monteiro e Lisandra Paraguassú, BRASÍLIA

Quatro anos depois de estourar o escândalo do mensalão petista, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou o "mensalão do DEM", que envolve o governador José Roberto Arruda (DF), para anunciar que vai enviar ao Congresso uma proposta de lei para transformar em hediondos os crimes de corrupção passiva e ativa, peculato e concussão, tornando-os inafiançáveis, se forem praticados por autoridades. O anúncio foi feito em solenidade pelo Dia Internacional Contra a Corrupção, mas o ambiente foi de exploração política do escândalo do Democratas, como já havia acontecido na noite anterior, durante a festa dos 30 anos do PT.

O próprio presidente admitiu que, "obviamente", não será uma nova lei que acabará com a corrupção no País. "Tem país que tem pena de morte e assim mesmo as pessoas continuam praticando corrupção", afirmou. Como se estivesse discursando num palanque, sempre usando palavras duras e comparações populares, Lula disse que a proposta é "mais um degrau no combate à safadeza com o dinheiro público".

O presidente admitiu que vai promover o governo levando a proposta, lançada ontem, para a reunião de cúpula do G-20, em março de 2010, como exemplo do que o País vem fazendo para combater a corrupção entre os dirigentes públicos.

Lula fez referência às duas semanas de noticiário sobre o "mensalão do DEM", na capital federal - com vídeos mostrando deputados da base de Arruda carregando dinheiro nos bolsos e em bolsas, em meias e até na cueca. Ele disse que "como Presidente da República (prefere) que saiam manchetes para a gente poder investigar, do que não sair nada e a gente continuar sendo roubado, e não saber o que está acontecendo neste País." No caso do mensalão petista, o presidente sempre se queixou de uma suposta precipitação da mídia em noticiar os casos de corrupção, dizendo que os jornais estavam ajudando a condenar pessoas que podiam ser inocentes.

Na terça-feira, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), pré-candidata do PT para disputar a sucessão de Lula, falou do "esquema" do DEM, dizendo que as imagens dos vídeos com a distribuição da propina pelos secretários e deputados distritais que apoiam o governo Arruda são "estremecedoras". Fez os comentários na festa em que foram homenageados líderes e ex-presidentes do PT, inclusive mensaleiros como José Dirceu, José Genoíno e João Paulo Cunha.

O ministro Jorge Hage, da Controladoria Geral da União (CGU), organizador da solenidade, aproveitou para promover o Planalto. Tratando a CGU como um órgão de governo, e não de Estado, Hage fez discurso de quase uma hora, entremeadado com 14 vídeos e três dezenas de depoimentos elogiosos às ações da Controladoria.

Desde 2003, na posse do governo Lula, até 2005, quando estourou o escândalo do mensalão petista, a CGU não produziu uma só investigação sobre as verbas públicas do governo que renderam as propinas que abasteciam a base aliada do Planalto.

Ontem, Lula comparou corrupção às drogas por causa do jeito silencioso como se espalham, mas também para justificar a corrupção que o governo nem sempre conseguiria detectar e combater.

"Às vezes, a corrupção é como uma droga. Tem um pai que vê na televisão um adolescente sendo pego por droga, ele acha que é só o filho dos outros que tem droga. Ele não sabe que o filho dele está queimando um "baseadinho" no quarto. A corrupção é assim. Às vezes, ela está dentro da tua casa, ela está na tua porta e você não sabe", justificou o presidente.

"CARA DE ANJO"

Lula acrescentou que a corrupção "é uma coisa difícil de descobrir". E explicou: "Às vezes, o corrupto é o que tem a cara mais de anjo."

O projeto com a nova lei de combate à corrupção prevê aumento da pena mínima para casos de corrupção ativa e passiva, peculato e concussão (quando o servidor pede vantagens para cumprir sua função) de dois para quatro anos para funcionários públicos de todas as esferas de poder, federal, estadual e municipal. No caso de autoridades com poder decisório e ocupantes de cargos elegíveis, o projeto eleva a pena mínima para oito anos, o crime se torna hediondo, portanto inafiançável, e abre possibilidade para prisão temporária de até 60 dias. Se encaixam nesses casos governadores, prefeitos, vereadores, deputados, senadores, presidentes e diretores de estatais, entre outros cargos de comando.

"(Para) quem mata um tatu, uma paca, o crime é inafiançável. Para o cidadão que rouba o equivalente para comprar um milhão de pacas, o crime não é hediondo?", questionou Lula, para mostrar que a lei é um caso de justiça.

Pacote tenta elevar investimentos e amplia renúncia fiscal para R\$ 5,5 bi (O Estado de SP) 10/12/09

Em menos de dois meses, é a quarta vez que o ministro da Fazenda anuncia medidas que reduzem impostos

Fabio Graner, Adriana Fernandes e Renata Veríssimo, BRASÍLIA

Em meio à rápida aceleração da atividade econômica e do risco de surgimento de gargalos na produção em 2010, o governo anunciou ontem uma série de medidas para manter os estímulos aos investimentos do setor privado e sustentar o crescimento econômico do País na casa dos 5% nos próximos anos. Em menos de dois meses, foi o quarto pacote de "bondades" fiscais divulgado pelo governo Lula, o que elevou de R\$ 2,3 bilhões para R\$ 5,5 bilhões o volume de renúncias fiscais contratado para o ano que vem.

Aos empresários e trabalhadores que participaram da última reunião do ano do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou a prorrogação da desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bens de capital e do crédito subsidiado do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investimentos, além de reforçar em R\$ 80 bilhões o caixa da instituição para que novos empréstimos sejam contratados pelo setor produtivo.

Alguns benefícios foram prorrogados até junho de 2010, às vésperas da campanha para a sucessão presidencial, cujo início está previsto para 6 de julho, pelo calendário eleitoral.

A ofensiva do governo envolveu também iniciativas para estimular o mercado de capitais e o sistema bancário. As instituições financeiras serão autorizadas a emitir letras financeiras para reforçar a capacidade de financiar os investimentos privados, numa ação coordenada e na tentativa de dividir com o BNDES a função de braço financeiro dos empresários. Como medida de caráter mais popular, o presidente Lula autorizou a prorrogação da desoneração de computadores prevista na chamada Lei do Bem, de 2005.

Ao ser indagado se Papai Noel teria chegado mais cedo ao setor industrial, Mantega respondeu que o Natal chegou na hora certa para todo mundo no Brasil e será "rico e farto" para a família brasileira. "Estas medidas deverão garantir a consolidação do crescimento do País em 2010", disse o ministro.

Mantega provocou risos na reunião ao contar que o presidente Lula o tinha chamado de "mão de vaca" por ter liberado "apenas" R\$ 80 bilhões ao BNDES. O valor ficou abaixo do R\$ 100 bilhões pedidos pelo banco.

A medida estava sendo anunciada pelo ministro, quando Lula, riu, colocou as mãos na cabeça e fez o comentário, que só pôde ser ouvido pelos que estavam próximos à mesa. Em seguida, Lula brincou, dizendo que foi dormir com R\$ 100 bilhões e acordou com R\$ 80 bilhões: "Em um piscar de olho, enquanto fui dormir, ele pegou 20 bilhões para guardar para outra oportunidade. Bom, espero que esteja certo".

Declarando-se "emocionado", Lula afirmou que as medidas "parecem pouco, mas são muito importantes para consolidar o desenvolvimento do País". "Há quanto tempo não se via medidas como essa para o ano seguinte?"

Câmara aprova principal projeto do pré-sal (O Estado de SP) 10/12/09

Proposta institui o modelo de partilha na exploração de petróleo, no lugar do atual sistema de concessão

Renato Andrade, BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o texto-base do projeto de lei que define o modelo de partilha da produção de petróleo no pré-sal. A oposição usou todas as manobras possíveis para tentar obstruir a votação da proposta, espinha dorsal do novo marco regulatório, mas acabou vencida. O relatório do líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves (RN), foi aprovado em votação simbólica. Os deputados ainda precisam aprovar mais dois projetos relacionados ao pré-sal, mas isso só deverá ocorrer em 2010.

A votação do projeto da partilha, que vai substituir o atual modelo de concessão, ficou travada por duas semanas, por causa da disputa em torno das receitas que serão obtidas com a cobrança de compensações pela exploração de petróleo na costa brasileira, os royalties. O processo só deslanchou depois que os líderes governistas fecharam acordo para reduzir os recursos destinados aos cofres da União, garantindo assim mais dinheiro aos municípios e Estados não produtores e preservando as receitas dos produtores, como Rio e Espírito Santo.

O governo, que não queria discutir os royalties durante a tramitação dos projetos do pré-sal, acabou não só tendo que entrar no debate como abriu mão de fatias importantes dos recursos que seriam destinados aos cofres federais para atender a demanda de Estados e municípios, garantindo assim suporte suficiente da própria base aliada para aprovar a proposta.

De acordo com projeções do Ministério da Fazenda, com a mudança nas regras, os Estados que não produzem petróleo podem acumular R\$ 112,7 bilhões em receitas provenientes do pré-sal até 2025. Na regra anterior, esse valor seria de R\$ 20,8 bilhões. "É algo muito expressivo", afirmou o líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS). A União, por sua vez, sofrerá queda de 29,4% em suas receitas.

Além de estabelecer o novo modelo de exploração, o texto aprovado ontem fixa a Petrobrás como operadora única dos campos do pré-sal, dois pontos fundamentais do sistema elaborado pelo Palácio do Planalto. A proposta do operador único foi criticada por representantes do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) na tramitação do projeto. A questão deve voltar a ser debatida no Senado.

BÔNUS DE ASSINATURA

Além dessa derrota, o governo também teve de ceder 10% das receitas obtidas com o chamado bônus de assinatura para Estados e municípios. O bônus é uma espécie de adiantamento que a Petrobrás ou os consórcios terão de pagar à União quando assinarem novos contratos.

Mesmo com a vitória de ontem, o cronograma de votações do governo foi atropelado. Inicialmente, o Planalto queria fechar o ano com todos os projetos do pré-sal aprovados na Câmara, para abrir 2010 com as propostas no Senado. Porém, os deputados aprovaram apenas dois dos quatro projetos. A proposta de criação da Petro-Sal, estatal que vai administrar os contratos de partilha, já foi encaminhada ao Senado e aguarda votação.

Com Estreito, Maranhão terá mais energia (O Estado de SP – especial Nordeste) 10/12/09

Usina hidrelétrica vai contribuir para ampliar a oferta de eletricidade no País; Estado poderá ter usina nuclear

Wilson Lima, ESPECIAL PARA O ESTADO, SÃO LUÍS

Empreendimentos de energia em andamento no Estado do Maranhão devem ajudar a aumentar a capacidade energética do País nos próximos anos, contribuindo para afastar o risco de apagão ou racionamentos como o enfrentado pelos brasileiros em 2001.

Até 2013, usinas hidrelétricas em construção no Estado devem elevar a capacidade energética brasileira em aproximadamente 1.500 megawatts (MW). Para o segundo semestre do ano que vem, deverá entrar em operação a Hidrelétrica de Estreito, cujos investimentos chegam a R\$ 3,6 bilhões.

A usina, em construção na cidade de Estreito, distante aproximadamente 700 quilômetros de São Luís, deverá produzir 1.087 MW de energia. Os primeiros contatos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) já estão em andamento.

As obras em Estreito caminham dentro dos prazos previstos. Em setembro, houve o desvio do leito do Rio Tocantins e, em novembro, a montagem eletromecânica na casa de força, onde ficarão as oito turbinas geradoras.

TERMOELÉTRICAS

Além da Usina de Estreito, o Maranhão vive a expectativa de receber duas usinas termoeletricas movidas a carvão. Uma já está em fase de construção: a Termoeletrica Porto do Itaqui, do Grupo OGX, do empresário Eike Batista, que deverá produzir 360 MW de energia elétrica.

A termoeletrica será movida a carvão colombiano e deverá entrar em operação em 2013. A mineradora Vale também planeja construir uma termoeletrica no Maranhão. Mas até o momento o projeto ainda não saiu do papel.

O governo federal também aposta em novos projetos de infraestrutura no Maranhão. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, afirmou que o Estado tem chances de receber uma usina nuclear, das duas que serão construídas pelo governo na Região Nordeste, com capacidade de geração de 1.000 MW.

Ao todo, o governo federal pretende construir quatro usinas no País. "O Maranhão tem um potencial energético fantástico. Pela hidrelétrica que está sendo construída e também pelas termoeletricas", declarou o ministro Edison Lobão. "No campo das hidrelétricas, os nossos recursos hídricos são fantásticos."

Ceará é líder em energia eólica (O Estado de SP – Especial Nordeste) 10/12/09

Potencial de aproveitamento dos ventos atrai fabricantes e geradoras

Carmen Pompeu, ESPECIAL PARA O ESTADO, FORTALEZA

No Ceará, é forte o investimento em energia eólica. O Estado já é o maior produtor desse tipo de energia gerada pelos ventos no Brasil. Sozinho é capaz de produzir 577,93 MW, o que corresponde a 35,2% do total gerado em todo o País. O segundo maior produtor, o Rio Grande do Sul, gera 227,56 MW. E o terceiro, Santa Catarina, 226,73 MW. O Nordeste desponta como principal região para produção de energia eólica e vários fabricantes de equipamentos estudam instalar-se na região.

A meta é que até o final deste ano, os cata-ventos instalados ao longo do litoral cearense atinjam 800 MW. Dez parques eólicos já estão em funcionamento. Outros sete ainda se encontram em construção ou aguardam liberação da Justiça por queixas de moradores que temem o impacto ambiental. Parte desses parques está sendo instalada em áreas de dunas.

Dos 17 parques eólicos estarão em funcionamento no Ceará - 14 deles são do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa) e três de programas anteriores.

De acordo com o coordenador de Energia e Comunicação da Secretaria da Infraestrutura do Ceará (Seinfra), Renato Walter Rolim Ribeiro, juntos, os parques eólicos representam uma economia anual de água em torno de 2,1 bilhões de metros cúbicos para o sistema energético do São Francisco, que abastece o Nordeste.

Os números comparativos constam de estudos feitos pela própria Seinfra sobre energias renováveis. Através dele, técnicos chegaram à seguinte conclusão: Além da economia, uma vez que a água poderá ser acumulada para outros fins que não o de apenas fazer funcionar as turbinas das hidrelétricas formadas a partir daquele rio, os parques eólicos cearenses evitarão, por ano, a emissão de 1 milhão de toneladas de dióxido de carbono. Emissão esta que seria provocada pela derrubada de árvores para a construção de hidrelétricas.

Renato Rolim argumenta que o Brasil, ao investir em parques eólicos, economiza cerca de R\$ 163 milhões necessários para erguer as linhas de transmissão e outros R\$ 336 milhões para investimentos em geração de energia elétrica convencional.

Entre as vantagens para a instalação de parques eólicos, Renato Rolim cita o aumento da quota das barragens, a redução no aquecimento global e suas consequências e, principalmente, a preservação do meio ambiente.

No entanto, existem dificuldades para a consolidação do setor eólico, tais como a compra de equipamentos; a inexistência de uma cadeia produtiva do segmento e de um programa de compra de energia gerada a partir de fonte eólica; o alto índice de nacionalização dos equipamentos exigidos pela legislação; bem como problemas de conexão com a rede básica e a de distribuição.

Pacote incentiva refino fora do Sul/Sudeste (O Estado de SP) 10/12/09

Impostos sobre investimentos em refino de petróleo e indústria petroquímica serão suspensos

Adriana Fernandes, Renata Veríssimo e Fabio Graner, BRASÍLIA

Para acelerar os investimentos necessários ao refino do petróleo que será retirado da camada do pré-sal, o governo incluiu no pacote de medidas fiscais anunciado ontem a desoneração dos projetos em refino e petroquímica nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Quase um terço dos R\$ 3,2 bilhões de renúncia fiscal prevista nas medidas - R\$ 1 bilhão - será para bancar a suspensão da cobrança do IPI, PIS, Cofins e do Imposto de Importação incidente sobre os bens e serviços relacionados aos investimentos em refino de petróleo e indústria petroquímica dessas regiões.

O secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Dyogo Oliveira, informou que a medida atende orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de estimular o desenvolvimento regional com as novas refinarias no Maranhão, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. "O Brasil precisa se preparar para refinar o petróleo do pré-sal."

O governo também resolveu incentivar o financiamento de plataformas de produção de petróleo e embarcações utilizadas nas atividades petrolíferas por meio de reforço de R\$ 15 bilhões no Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Mantega também aprovou a prorrogação da desoneração do IPI na compra de máquinas e equipamentos. O benefício fiscal foi estendido a 30 de junho de 2010. O custo será de R\$ 369 milhões. Mas a principal medida defendida pelos fabricantes de bens de capital - a redução para zero do prazo de compensação do PIS e Cofins - não foi atendida.

No mix de medidas do pacote, o governo também desonerou de forma permanente o IPI incidente sobre aerogeradores, equipamentos utilizados na produção de energia eólica. A medida tem renúncia de R\$ 89 milhões em 2010.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Aubert, defendeu prorrogação dos incentivos tributários para o setor. Ele disse que é preciso que essas medidas sejam "perenes". Segundo Aubert, graças às medidas adotadas pelo governo, o setor conseguiu reduzir o impacto da crise internacional, saindo de uma queda de faturamento de 55%, no início do ano, para terminar 2009 com uma queda de 20%.

Energia: Santander estima ganho de R\$ 2,6 bi com atual fórmula das tarifas

Mudança nos cálculos pode reduzir valor das elétricas (Valor Econômico)

10/12/09

Josette Goulart, de São Paulo

A proposta de aditivo contratual feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que altera a forma de cálculo das tarifas para neutralizar os ganhos das distribuidoras com o crescimento não previsto de seus mercados, trará forte impacto para a rentabilidade das empresas e o assunto preocupa seus acionistas. Um estudo do Santander realizado com as seis principais elétricas de capital aberto - Eletropaulo, CPFL, Light, Coelce, Copel e Cemig - mostra que o ganho acumulado seria de R\$ 2,6 bilhões no atual ciclo de revisão tarifária, iniciado em 2007.

Se levado em conta o último ano do ciclo, que é quando os ganhos são potencializados, o valor seria de R\$ 900 milhões ou o equivalente a 8% da capacidade de geração de caixa dessas companhias. Já o ganho acumulado de R\$ 2,6 bilhões corresponderia a 5% do valor de mercado dessas empresas. Usando os mesmos critérios do Santander, o Valor acrescentou ainda outras duas companhias ao estudo, EDP e Neoenergia. O ganho acumulado chegaria a R\$ 3,4 bilhões. O estudo não leva em consideração os ganhos passados.

De acordo com o analista responsável pelo estudo, Márcio Prado, do Santander, os 5% do valor de mercado das companhias é o potencial de desvalorização das empresas, na média, caso a fórmula de cálculo das tarifas seja de fato alterada. Em seu estudo ele usou como premissa um crescimento de 5% do mercado. As companhias foram procuradas, mas nenhuma delas comentou o assunto. Algumas alegaram que os executivos responsáveis não foram encontrados. Outras, como a Endesa e a CPFL, deram respostas quase idênticas alegando que "não foi erro de cálculo". Nenhuma delas, entretanto, contestou os números apresentados.

Das empresas analisadas, a AES Eletropaulo seria a mais impactada, até por ser só distribuidora e não ter em seus resultados atividades de geração e transmissão. O efeito acumulado seria 9,4% no seu valor de mercado, ou cerca de 12% do seu lucro antes dos impostos, juros, amortização e depreciação (lajida) será gerado pela chamada gordura da parcela A. A Light viria em segundo com quase 10% e a CPFL e a Coelce (Endesa), com 8%. Já a Cemig teria o menor impacto, de cerca de 4,7% do seu lajida no último ano do ciclo.

A chamada "gordura" da parcela A acontece quando o mercado consumidor cresce mais do que o previsto pelas empresas. A cada ano elas aumentam sua receita, mas os gastos com os encargos continuam os mesmos. É como se dez colegas de trabalho se reunissem para comprar o presente para o chefe. O presente custa R\$ 100 e cada um tem que pagar R\$ 10. Nesse meio tempo outros dois colegas unem-se ao grupo. Mas o administrador da operação cobra os mesmos R\$ 10 de cada um dos novos participantes e mantém o mesmo valor para os que já estão participando, mesmo sem o valor do presente ter se alterado.

O ganho de R\$ 20 do exemplo fica então com aquele que se dispôs a administrar o grupo e não é distribuído com os participantes. No caso das tarifas de energia, o ganho não é repartido com os consumidores.

No caso das distribuidoras de energia, o ganho não é uniforme durante os quatro anos do ciclo de revisão tarifária. Eles cumulativamente ficam maior a cada ano. Como a fórmula - mesmo que distorcida - é a que está prevista nos contratos das empresas de distribuição, a Aneel entende que não houve erro no cálculo das tarifas, mas também entende que é preciso corrigir essa distorção. As distribuidoras de energia estão tentando se unir por meio da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia (Abradee), mas a entidade continua não falando com a imprensa. As empresas individualmente, por sua vez, têm tentado uniformizar o discurso, mas não entram em detalhes.

Nesta semana, a Aneel convocou reunião para discutir a audiência pública dos aditivos dos contratos e as distribuidoras não compareceram. Apenas um representante da Abradee e de uma distribuidora estavam presentes, mas não fizeram comentários. A diretora da Aneel Joísa Dutra Saraiva, que durante a audiência criticou a atitude das distribuidoras, diz que na semana que vem será realizada uma reunião com todas elas para discutir o assunto. Da contribuição feita pela Abradee no processo, a diretora chama a atenção para o fato de que a associação dá a entender que esse assunto não é de competência da Aneel. Um outro diretor lembra que as distribuidoras, principalmente as privadas, e que sempre defenderam a independência da agência estão agora, quando lhes é conveniente, atribuir competências ao Ministério da Energia, politizando o assunto.

De Olho na Bolsa:

Aversão a risco faz estrangeiro partir (Valor Econômico) 10/12/09

Daniele Camba

Aaversão ao risco vem aumentando desde o início do mês. E motivos externos não faltaram para isso. Primeiro foi a estatal de Dubai, a Dubai World, assustar o mercado com o calote temporário de uma dívida de US\$ 60 bilhões. Depois foi a vez da Grécia, com sua nota rebaixada pela agência de classificação de risco Fitch Ratings. Como se não bastasse, ontem a Espanha foi a bola da vez, com a agência Standard & Poor's (S&P) rebaixando a perspectiva de rating soberano do país de "estável" para "negativo". A mudança significa que existem boas chances de a nota de crédito da Espanha ser rebaixada nos próximos dois anos. O passado recente é preocupante. Em janeiro, a S&P rebaixou a nota do país apenas uma semana depois de tê-la colocado em perspectiva negativa. O Índice Bovespa foi e voltou durante todo o dia, mas teve forças para fechar em alta de 0,42%, aos 68.011 pontos. De qualquer forma, o dia não foi bom. Essa sucessão de más notícias vem afugentando o investidor estrangeiro dos mercados emergentes.

"As agências de classificação de risco resolveram olhar para os países que elas analisam a fim de retomarem a credibilidade, abalada depois de ficarem atrasadas em relação a vários problemas que estouraram nos últimos tempos", diz o economista-chefe da corretora Ágora, Álvaro Bandeira. Com essa história de que cada dia um novo país é colocado na berlinda, a sensação que se tem no mercado é que muitos ainda estão por vir.

A principalmente consequência disso tem sido a recente saída de estrangeiros dos mercados emergentes. "Nos últimos dois ou três dias, o movimento de recursos internacionais na Bovespa vem sendo negativo", afirma o gestor de renda variável da Infinity Asset Management, George Sanders. Os números provam isso. Segundo Bandeira, na Ágora, no dia 3, o saldo líquido (diferença entre compras e vendas) foi negativo em R\$ 42,4 milhões e, no dia 4, de R\$ 9,7 milhões. Já na segunda-feira (dia 7), o saldo foi positivo em R\$ 28,7 milhões.



Pela impressão de Sanders, nos pregões de terça e de ontem, os estrangeiros voltaram a tirar recursos da bolsa. O economista-chefe da Ágora concorda. "Terça-feira foi um dia tipicamente de aversão a risco, com alta volatilidade e uma queda importante nas taxas dos títulos de 10 anos do Tesouro americano", relembra Bandeira. Isso ocorre exatamente quando os investidores preferem o porto seguro dos papéis americanos.

Outra prova de aversão a risco e volta dos investidores para os EUA é o movimento de queda das commodities e valorização do dólar. Isso vem ocorrendo com mais força nos últimos dias. "Com a volta dos investidores para solo americano, o dólar sobe e as commodities caem, principalmente pelo fato de essas matérias-primas serem consideradas hedge natural da moeda", explica Sanders. Alguns indicadores econômicos americanos melhores do que se esperava também aumenta o fluxo de recursos em direção aos EUA. O raciocínio é o seguinte: com a economia melhor, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) pode começar a subir juros, o que significa retornos maiores nos títulos soberanos de renda fixa.

Como São Tomé

As ações da Eletrobrás continuam se valorizando. Ontem, as preferenciais (PN, sem voto) série B subiram 7,60% e as ordinárias (ON, com voto), 4,03%. Em resposta à reportagem publicada ontem pelo Valor, a estatal divulgou comunicado

dizendo que o pagamento de bilhões de reais em dividendos atrasados é uma das prioridades da empresa. Depois de muitos anos de espera, os acionistas estão como São Tomé: só vendo para crer.

Daniele Camba é repórter de Investimentos

E-mail: daniele.camba@valor.com.br

Dividendo da Eletrobrás (Valor Econômico) 10/12/09

Em comunicado ao mercado, a Eletrobrás reiterou ontem que a quitação de bilhões de reais em dividendos é uma das prioridades da empresa. "Não podemos, neste momento, antecipar a data dessa quitação. Entretanto, reiteramos o firme propósito de resolver essa pendência o mais breve possível, no exercício de 2010", disse a estatal. As ações da companhia subiram ontem 7,6% na bolsa.

Leilão de energia é cancelado devido a atraso em licenciamento de usinas (Valor Econômico) 10/12/09

Danilo Fariello, de Brasília

O governo decidiu cancelar o leilão de energia para fornecimento a partir de 2014, marcado para o dia 21, por atrasos na liberação de licenças prévias para usinas hidrelétricas e por escassez de demanda das distribuidoras. A falta ou o atraso das licenças para sete hidrelétricas, com capacidade para 905 megawatts, faria com que predominassem no leilão usinas térmicas a gás.

Segundo Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), responsável pelo planejamento de longo prazo do setor elétrico, a decisão levou em conta eventual mudança na composição da matriz elétrica brasileira - em que predominam hidrelétricas - e, principalmente, o cenário confortável de fornecimento de energia em 2014, quando, pela previsão, haverá folga de mais de 100 mil MW. "Como o momento é tranquilo para garantir o suprimento de energia, resolvemos ser mais cautelosos."

Essa situação confortável de geração tem base na evolução estável do nível de consumo de energia este ano. Como o crescimento da carga será próximo de zero em 2009, a demanda por energia nova fica prorrogada e, por isso, as distribuidoras também mostraram pouco apetite por um leilão agora, diz Tolmasquim. Segundo ele, essa energia poderá complementar o mercado em futuros leilões.

Entre as sete hidrelétricas que poderiam ter a energia vendida, a única a obter a licença prévia até agora foi a de Santo Antônio, localizada no rio Jari. A usina, que fica na fronteira entre o Pará e o Amapá, tem capacidade de 300 MW. Como a licença saiu apenas terça-feira, não haveria tempo de incluí-la no edital do leilão do dia 21.

Tolmasquim lembra, porém, que está mantido o leilão de energia eólica segunda-feira, que deverá incluir 399 projetos, que poderão gerar até 10 mil MW a partir de julho de 2012.

Na terça-feira, também por falta de liberação ambiental em diversos campos, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) resolveu suspender novo leilão de blocos de petróleo e gás na Amazônia. Os obstáculos ambientais no setor energético brasileiro, porém, continuam tendo como maior marco a usina de Belo Monte. Por falta da licença prévia, o leilão da usina do Pará, que seria dia 21, ainda não tem data para ocorrer.

Negociação: País pede cláusula específica; EUA querem versão mais vaga

Brasil quer garantia contra "protecionismo verde" (Valor Econômico) 10/12/09

Daniela Chiaretti, de Copenhague

O Brasil quer uma cláusula específica que proíba protecionismo relacionado às mudanças do clima, mas os Estados Unidos, temendo perda de competitividade, preferem um texto mais vago e genérico. Este embate tem sido travado em uma das salas do Bella Center, em Copenhague, durante a CoP-15 e, em alguns rounds, envolve também a União Europeia. Fica claro que a discussão climática cada vez mais envolve aspectos econômicos.

Na terça-feira, quem ouvia os negociadores falarem no grupo de trabalho dos impactos da mitigação dos gases-estufa entendia que ali se discutia comércio internacional. O negociador brasileiro, Leandro Waldvogel, rebatia a posição dos delegados americanos que querem manter o artigo 3.5 da Convenção do Clima e não acrescentar nada mais a ele. "Não se pode transferir o custo da mitigação para outro país", dizia Waldvogel, interpretando o impacto da proposta americana.

Por esse artigo da Convenção do Clima (a UNFCCC, na sigla em inglês), "as medidas adotadas para combater a mudança do clima, inclusive as unilaterais, não devem constituir meio de discriminação arbitrária ou injustificável ou restrição velada ao comércio internacional".

Os EUA querem manter este texto porque ele veta a discriminação "arbitrária e injustificável". O problema é que o argumento é subjetivo e os países ricos poderão dizer que suas eventuais tarifas de carbono contra produtos de países emergentes não são nem arbitrárias nem injustificáveis. É o chamado "protecionismo verde".

O Brasil acredita que nenhum país que assina a Convenção de 1992 deve adotar medidas comerciais unilaterais com o objetivo de combater a mudança do clima. Tais medidas comerciais, além disso, devem ser adotadas com consentimento mútuo, segundo a posição brasileira.

"Queremos evitar que este debate contamine a discussão do clima e fique no âmbito da OMC", disse Sergio Serra, um dos negociadores brasileiros. Quando isso não é possível, o Brasil assume uma posição defensiva: "Caso contrário, nossas exportações podem se complicar". Serra reforça, no entanto, que os produtos brasileiros são fabricados a partir de matriz energética limpa, o que reduz sua pegada de carbono e se traduz em vantagem competitiva.

Este debate, no entanto, avança pelos textos do acordo climático. A Europa, por exemplo, não cede na sua posição sobre o que fazer com as emissões da aviação. O bloco europeu quer uma regra global que envolva todas as empresas aéreas do mundo - e aí não importa se são de países desenvolvidos, com metas obrigatórias de redução, ou de países em desenvolvimento.

Os setores aéreo e marítimo respondem por cerca de 5% das emissões de gases-estufa. Esta é uma das matemáticas mais difíceis de serem computadas no acordo do clima. É fácil entender o motivo. Em um voo de uma companhia aérea francesa entre o Brasil e a Alemanha, as emissões são da companhia aérea, do Brasil ou da Alemanha? E quando o avião passa sobre o Atlântico?

A posição europeia é que todas as companhias aéreas sejam submetidas à mesma regra. E já avisa que, se isso não ocorrer, irá impor, a partir de 2012, às empresas estrangeiras medidas que as enquadrem nas mesmas condições que as suas. Poderia, por exemplo, fazer com que as empresas estrangeiras tenham que comprar permissões de emissão se quiserem voar para a Europa. Isto nada mais é do que uma taxa de carbono com outro nome.

Nos últimos meses, o termo "border tax" tem aparecido com mais regularidade. A taxa ou imposto de fronteira é uma expressão nova nessa discussão, que surge quando se discutem os impactos da lei de energia e clima dos Estados Unidos ou algumas medidas europeias. Trata-se de uma taxa de carbono que alguns países ricos querem impor a produtos de países em desenvolvimento que não adotarem metas de emissões.

"Já estamos muito alertas para que as medidas de proteção às mudanças climáticas, que são absolutamente legítimas, não se transformem em protecionismo disfarçado", disse Luis Alberto Figueiredo Machado, o chefe dos negociadores brasileiros. "Se um país industrializado começar a taxar o produto que importa de um país longínquo porque houve emissão, isso poderá causar impacto na economia dos países exportadores." Segundo ele, alguns países africanos já estão sentindo esse efeito.

A jornalista viaja a Copenhague com bolsa da Climate Change Media Partnership

Investimento: Indústria recebe maior fatia do dinheiro externo

Mercado interno atrai capital estrangeiro (Valor Econômico) 10/12/09

Sergio Lamucci, de São Paulo

Os setores da indústria que se beneficiam direta ou indiretamente da expansão do mercado doméstico foram os que mais atraíram o investimento estrangeiro direto em 2009, enquanto o financiamento interno do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se concentrou mais na infraestrutura, quando descontados os R\$ 25 bilhões destinados à Petrobras.

Segundo analistas, o tamanho e a perspectiva de crescimento do mercado interno são grandes atrativos para o capital externo, num momento em que se consolida a percepção de que o Brasil deverá crescer a taxas mais elevadas que a média do resto do mundo. O BNDES, por sua vez, é a grande fonte de financiamento para projetos de longa maturação no país, característica dos investimentos em infraestrutura, que tem prioridade no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Depois do recorde atingido no ano passado, e do impacto da crise global, o volume de investimento externo para atividades produtivas recuou neste ano, mas a fatia abocanhada pela indústria cresceu significativamente. De janeiro a outubro, o setor ficou com 47,2% dos US\$ 22,449 bilhões destinados para operações de participação no capital, acima dos 31,5% dos US\$ 32,245 bilhões registrados no mesmo período de 2008.

A tendência também se observa nos empréstimos intercompanhias, realizados entre a matriz no exterior e a filial no Brasil, com valor acima de US\$ 1 milhão. Nessas operações, a indústria abocanhou 58,2% dos US\$ 15,625 bilhões desembolsados para esse fim, mais que os 46,1% dos US\$ 19,757 bilhões de igual período de 2008. Os ingressos totais para a indústria atingiram US\$ 19,7 bilhões de janeiro a outubro, valor muito próximo aos US\$ 19,9 bilhões do mesmo intervalo de 2008.

Os investimentos elevados no setor de veículos evidenciam o interesse do investidor estrangeiro nos segmentos ligados ao mercado interno, diz o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale. De janeiro a outubro, o setor recebeu US\$ 2,083 bilhões para operações de participação no capital, mais que o dobro dos US\$ 904 milhões do mesmo período de 2008.

O presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização (Sobeet), Luís Afonso Lima, diz que o Brasil vai se consolidando como o quinto maior mercado do mundo para o setor automotivo, num cenário marcado pelas perspectivas favoráveis nos próximos anos para a massa salarial e para a oferta de crédito.

"A dimensão e o potencial de crescimento do mercado interno são os grandes ímãs para o investimento estrangeiro direto vir para o Brasil", diz Lima. Para ele, os números mostram que há grande interesse das empresas multinacionais em investir na indústria brasileira, ainda que o setor responda por apenas cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB).

O setor de serviços, com mais de 60% do PIB, recebeu 39,9% dos investimentos diretos para participação no capital de janeiro a outubro, segundo números do Banco Central (BC). As inversões externas em infraestrutura, como em energia elétrica, estão incluídas nesse segmento.

O setor de veículos aparece com destaque também nas estatísticas de desembolso de recursos do BNDES, recebendo R\$ 5,677 bilhões de janeiro a outubro deste ano, mais que os R\$ 3,695 bilhões do mesmo período de 2008. Para o chefe do departamento de pesquisa econômica do BNDES, Fernando Puga, o segmento deverá ser um dos carros-chefe da indústria nos próximos anos, evidenciando o panorama positivo para o mercado interno.

Puga lembra ainda que as perspectivas favoráveis para o setor automotivo contribuem para dinamizar outros segmentos da economia que atuam como seus fornecedores, como o de metalurgia (onde está a siderurgia) e o de produtos químicos. O segmento metalúrgico ficou com R\$ 3,817 bilhões dos empréstimos do BNDES desembolsados de janeiro a outubro, mais que os R\$ 2,637 bilhões do mesmo período de 2008.

Dos ingressos de investimentos estrangeiros diretos para participação no capital, a indústria metalúrgica ficou com US\$ 3,450 bilhões, menos que os US\$ 4,712 bilhões de igual intervalo do ano passado, mas ainda assim a maior fatia do total recebido pela indústria entre janeiro e outubro de 2009.

Para Vale, os investimentos em metalurgia também estão relacionados ao bom momento da construção civil e à exploração do petróleo na camada pré-sal. "A construção civil deverá ser nos próximos dez anos o que a indústria automobilística foi nos últimos dez anos", diz Vale. Puga também vê a expectativa benigna para a construção como um dos motores para o investimento na metalurgia.

O setor de produtos químicos é outro que conseguiu uma parcela expressiva de investimentos estrangeiros diretos entre os meses de janeiro e outubro. Ficou com a terceira maior fatia dos recursos para participação no capital (US\$ 1,099 bilhão) e a segunda maior dos empréstimos intercompanhias (US\$ 1,804 bilhão). Apesar de o país ser um tradicional e grande importador de produtos químicos, Vale e Lima veem espaço para o aumento da fabricação local desses bens, insumos importantes para vários setores da economia.

Outro destaque da indústria é o setor de produtos alimentícios, impulsionado pela expectativa de aumento da renda e do emprego ao longo dos próximos anos, como ressalta Vale. "A tendência é que haja um aumento do consumo de alimentos industrializados, num quadro de melhora da massa salarial."

De janeiro a outubro, o setor de alimentos recebeu US\$ 2,4 bilhões em empréstimos intercompanhias, a maior fatia desse tipo de operação, 82,5% mais que o US\$ 1,315 bilhão registrado no mesmo período de 2008. As empresas do segmento alimentício obtiveram ainda R\$ 4,315 bilhões de empréstimos do BNDES, o quarto maior volume de desembolsos do banco estatal para a indústria nesse intervalo.

Dos R\$ 106,496 bilhões de financiamentos concedidos pelo BNDES de janeiro a outubro, o setor de coque, petróleo e combustíveis ficou com a maior parcela - R\$ 22,518 bilhões. Grande parte desse dinheiro foi para a Petrobras, que obteve um empréstimo de R\$ 25 bilhões do banco neste ano. Segundo Puga, o banco tem um perfil de financiar "o investimento de prazos mais longos de maturação", como é o caso dos projetos da Petrobras e de vários segmentos de infraestrutura. Não por acaso, o setor de infraestrutura ficou com 33,8% dos desembolsos do BNDES realizados de janeiro a outubro, mais do que a fatia obtida pela indústria, de 28,2%, quando se exclui o setor de coque, petróleo e combustíveis.

País será quinta economia do mundo "se não rasgar dinheiro", diz Lula (Valor Econômico) 10/12/09

Paulo de Tarso Lyra, de Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem, durante a última reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em 2009, não ter dúvidas que o Brasil, dentro de alguns anos, será a quinta economia do mundo. "É só a gente não ficar rasgando dinheiro, aplicar corretamente e não descuidar, em hipótese nenhuma, da política fiscal", disse.

Lula também respondeu às críticas da oposição, que acusa o governo de aumentar os gastos em ano eleitoral. "Não é porque tem eleição no ano que vem que vai se gastar dinheiro, porque depois, ganhando as eleições, não se consegue pagar o que fez de despesa."

O presidente anunciou que até o fim do ano, o Brasil vai criar 1,3 milhão de empregos formais, "em um momento em que o presidente Barack Obama está agradecendo nos Estados Unidos a redução no ritmo do desemprego". Ele afirmou que vai cobrar explicações do presidente da Embraer, Maurício Botelho, sobre as 4 mil demissões na empresa no começo da crise. "Tem muito comprador para os aviões da Embraer. Eu mesmo comprei dois."

Lula disse também estar emocionado com as medidas de desoneração e investimentos anunciadas durante o Conselho pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega e pelo presidente do BNDES, Luciano Coutinho. "Fazia muitos e muitos anos, neste país, que a gente não via, sem nenhum trauma, sem nenhum pacote, sem nenhuma mágica, depois de um ano em que o mundo deitou e acordou assombrado, o ministro da Fazenda e o presidente do BNDES anunciarem as medidas que foram anunciadas."

E chegou a agradecer a Deus pela crise financeira internacional. "Foi preciso ter a crise econômica para alguns perceberem que não é apenas uma questão de sorte. É porque este país está arrumado, porque com uma crise menor do que a crise que nós vivemos, este país quebrou três vezes", disse Lula.

O presidente defendeu ainda as políticas sociais adotadas no seu governo, pois, disse, elas mostraram que era possível aumentar o salário mínimo sem causar inflação ou aumentar o percentual de recursos para os mais pobres sem provocar desequilíbrios nas contas públicas. "Da mesma forma que você (dirigindo-se ao ministro Mantega), de vez em quando, fala as palavras 'equalização de juros', nós temos que fazer a equalização social neste país, fazendo com que os mais pobres sejam cidadãos", afirmou o presidente.

Conjuntura: Novas medidas transferem foco do consumo para a oferta

Pacote de 13 medidas busca elevar investimento produtivo (Valor Econômico) 10/12/09

Arnaldo Galvão, de Brasília

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao anunciar as novas medidas, afirmou que o PIB do terceiro trimestre cresceu 2% sobre o segundo trimestre

O governo anunciou ontem um pacote de 13 medidas para estimular os investimentos e sustentar o crescimento econômico que será, segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, mais forte do que a trajetória interrompida pela

crise global em 2008, quando o Produto Interno Bruto (PIB), anualizado, crescia 7%. Hoje o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística divulga o PIB do terceiro trimestre e a expectativa do governo é de que ele tenha crescido cerca de 2% sobre o trimestre anterior, indicando uma taxa anualizada de 8%.

As novas medidas envolvem mais R\$ 80 bilhões em empréstimos do Tesouro Nacional para o BNDES em 2010, R\$ 3,25 bilhões em desonerações de impostos, a criação da Letra Financeira para os bancos privados captarem recursos de longo prazo, entre várias outras iniciativas que ampliam a oferta de crédito na economia e incentivam setores específicos a aumentarem seus investimentos, expandindo, assim, a oferta de bens e serviços na economia.

Da lista de medidas divulgadas pelo ministro da Fazenda constam ainda a criação do Exim Automático para financiar exportações de bens de capital, a ampliação do limite do Cartão BNDES (de R\$ 500 mil para R\$ 1 milhão), e a abertura de uma linha de R\$ 10 bilhões (BNDES) para apoiar a emissão de debêntures. Nesse conjunto anunciado ontem, em reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, há três prorrogações de desonerações tributárias que beneficiam vendas de computadores e bens de capital.

Na apresentação aos conselheiros, a vários ministros de Estado e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Mantega citou vários números do desempenho da economia que o levaram a concluir que o país está retomando com mais força o crescimento e melhorando o seu padrão de desenvolvimento.

O ministro considerou que um crescimento de 5% a 5,5% do PIB em 2010 é perfeitamente possível sem provocar mais inflação. Ele explicou que o pacote pretende fazer com que o Brasil volte ao patamar de investimentos verificado antes da crise, quando alcançou aproximadamente 20% do PIB.

"Em 2010, o investimento tem de estar em 15% ou 20% para garantir que o PIB aumente 5%. Isso garante a elevação da oferta para que os preços não subam", argumentou. Além disso, Mantega ressaltou que a válvula de escape das importações sempre pode ser usada. Para o ano que vem, ele prevê que a atividade mundial ainda estará baixa.

A volatilidade do câmbio e o risco de uma bolha foram afastados, para Mantega, com a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre a entrada de capital estrangeiro, mas ele não descartou novas medidas. "Não vou dizer nada. Prefiro não me comprometer porque esse é um mercado que oscila muito", disse.

A redução da carga tributária dos computadores (PIS e Cofins) foi prorrogada por mais cinco anos, até 2014. Além disso, o governo também estendeu a suspensão do IPI se o fabricante comprovar que investiu 3% do faturamento em pesquisa e desenvolvimento. Essa exigência era de 2%.

A demanda por computadores também será estimulada por compras governamentais. Mantega anunciou que as escolas públicas terão um equipamento por aluno, mas condicionou os benefícios tributários a índices mínimos de nacionalização. Para 2010, já foram adquiridas 150 mil unidades e a linha de R\$ 650 milhões de crédito, no BNDES, para prefeituras e governos estaduais deve permitir a compra de 1,1 milhão de computadores.

Para atender a crescente demanda por embarcações, decorrente principalmente do setor de petróleo e da expansão do comércio internacional, a União fará um novo empréstimo, R\$ 15 bilhões, ao Fundo da Marinha Mercante. Com o objetivo do desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, o governo também vai suspender a cobrança de quatro tributos (IPI, PIS, Cofins e Imposto de Importação) nos investimentos em refino de petróleo e petroquímica. Os aerogeradores usados na produção de energia eólica terão desoneração permanente de IPI, anunciou o ministro.

Petrobras explorará nova área no Uruguai (Valor Econômico) 10/12/09

De São Paulo

O Uruguai está contratando um consórcio internacional - integrado pela Petrobras - para explorar uma região de sua plataforma continental em busca de reservas de petróleo e gás.

O Ministério da Energia do Uruguai afirmou que o consórcio é formado também pela hispano-argentina Repsol e pela portuguesa Petrogal.

Segundo ministro da Energia Raúl Sendic, a exploração de uma área offshore de 3 mil m2 começará em janeiro.

Segundo a Petrobras, o projeto exigirá um investimento inicial de US\$ 80 milhões. O consórcio tem quatro anos para tentar encontrar hidrocarbonetos e apresentar um plano de produção.

Em julho, a Petrobras já havia sido escolhida para iniciar a exploração - juntamente com a YPF e com a Galp Energia - de blocos na bacia Punta del Este. Nesse projeto, a Petrobras também terá quatro anos para realizar estudos e decidir se realizará perfuração.

A Petrobras informou em julho que nesse projeto será a operadora do Bloco 4 (40%). A YPF terá 40% de participação e a Galp, 20%. "No Bloco 3, a Petrobras possui 40% de participação. A YPF será a operadora da área (40%), tendo a Galp 20% dos direitos", disse a empresa.

O Bloco 3 está a 300 quilômetros da costa, a uma profundidade que varia de 200 a 1500 metros. O Bloco 4 está a 150 quilômetros da costa, entre 100 a 200 metros de profundidades.

De olho da possibilidade de descobertas de reservas na sua costa, o Uruguai já solicitou às Nações Unidas a extensão de seus direitos sobre a faixa marítima das 200 milhas náuticas - distância padrão - para 350 milhas.

As distribuidoras e o blecaute (Correio Popular) 10/12/09

HÉLIO VIANA
PEREIRA

Milhões de brasileiros em maior ou menor grau foram surpreendidos por um blecaute de grandes proporções na noite do dia 10 de novembro, evento que se estendeu em alguns casos até o fim da madrugada do dia seguinte. Descoberto o problema de transmissão e com a plena operação de Itaipu, o restabelecimento ocorreu inicialmente de forma gradual e, dentro de algumas horas, de maneira integral. Simultaneamente a esse episódio maior, as distribuidoras, responsáveis pelo abastecimento do mercado, intensificaram suas providências para a regularização de seus clientes. Um exército de profissionais, na sua maioria engenheiros, técnicos e eletricitas, aos poucos, foi assumindo seu posto com um único objetivo: regularizar o sistema elétrico brasileiro. A partir dos centros de operações, manobras em linhas alternativas contribuíram para amenizar o desligamento nas áreas atingidas e outras fontes supridoras compensaram a perda momentânea da maior usina brasileira. As distribuidoras de energia elétrica tiveram um papel fundamental na reorganização do sistema e no retorno do serviço a milhões de residências, indústrias e comércio.

O país deu um sobressalto. De imediato, os serviços de atendimento telefônico aos clientes começaram a registrar picos de chamadas e o centro de referência para os consumidores passou a ser o serviço das distribuidoras. Em algumas empresas o volume de atendimentos telefônicos ultrapassou em mais de quinze vezes o registro de um dia típico. Entre o final da noite e a metade da madrugada as distribuidoras do grupo CPFL Energia receberam quase 12 mil chamadas contra 800 em condições normais. Evidentemente os eletricitas tiveram sobrecarga de trabalho. Atuando na operação de manobras, no seccionamento de redes elétricas, no atendimento das ordens de serviço, esses profissionais foram também importantes atores no esforço de evitar a propagação do blecaute para áreas maiores ainda.

Equipes de sobreaviso foram chamadas, e reforçadas com profissionais de empresas terceirizadas. Os centros de operação descentralizados ficaram de prontidão e permanentemente trabalhando sincronizados com as orientações do Operador Nacional do Sistema elétrica (ONS). Normalizado o sistema elétrico com o retorno da operação de Itaipu, as distribuidoras envolvidas no blecaute intensificaram seus trabalhos. Aos primeiros sinais de recuperação das regiões atingidas, a preocupação voltou-se para a normalização das redes de distribuição primárias e secundárias, responsáveis pelo atendimento ao consumidor final.

Manobras na rede elétrica, a partir dos centros de operação, contribuíram para normalizar áreas mais críticas, para que 100% da população que acabou sofrendo algum tipo de problema pudesse ver resolvido sua situação. Simultaneamente a essas providências técnicas, a Imprensa teve um papel de fundamental importância ao informar e muitas vezes esclarecer os fatos e tranquilizar a população.

Pelo lado das empresas, seus centros atendimento, não só coletivos, mas os personalizados passaram a contatar prefeituras, grandes clientes, sociedade civil, e principalmente a Imprensa para esclarecer o problema, garantindo a volta à normalidade.

Muitos clientes relataram queima de aparelhos elétricos em suas residências. Atenta a isso, as distribuidoras orientaram a população sobre a legislação vigente em relação a esse ressarcimento, divulgando pela imprensa os procedimentos para a solicitação desse serviço

Uma coisa fica evidente no caos provocado num blecaute. durante e principalmente depois do episódio. São as distribuidoras de eletricidade o principal ponto de apoio da sociedade. Cuidando para que a situação volte ao normal o

mais rapidamente possível. Os investimentos das distribuidoras para expansão e manutenção de seus sistemas elétricos são bilionários. No caso da CPFL Energia esse montante atinge exatamente R\$ 1 bilhão para 2010. Essa resposta é disso que estamos falando aqui. Do esforço de pessoas comprometidas com o país e de empresas direcionadas para cumprir seu relevante papel social, mesmo nas situações mais complexas possíveis.

Hélio Viana Pereira é vice-presidente de Distribuição da CPFL Energia

MC2 João Neiva atuará como produtor independente de energia (CanalEnergia) 10/12/09

Térmica terá três turbinas de 110 MW de capacidade instalada. Previsão é que início de operação comercial ocorra até 2013

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O Ministério de Minas e Energia autorizou a UTE MC2 João Neiva a atuar como produtor independente de energia. A empresa implantará a térmica MC2 João Neiva (ES, 330 MW), de acordo com a portaria 466 do Diário Oficial da União da última terça-feira, 8 de dezembro. A usina está localizada no município de João Neiva, no Espírito Santo.

Até janeiro de 2013, está previsto o início da operação comercial das unidades geradoras. A térmica terá três turbinas de 110 MW de capacidade instalada, em ciclo combinado, e 233,3 MW médios de garantia física. A usina utilizará como combustível gás natural regaseificado, a partir do gás natural liquefeito localizada no município.

O MME determinou ainda que a empresa deverá implantar o sistema de transmissão, de interesse restrito da UTE MC2 João Neiva junto à subestação elevadora de 13,8 kV/ 138 kV e de uma linha de transmissão em 138 kV, com cerca de 0,5 quilômetros de extensão, em circuito simples, interligando a SE Elevadora ao Barramento de 138 kV da SE João neiva, da Escelsa (ES).

MPX Energia ON encerra em queda de 8,03% (CanalEnergia) 09/12/09

Eletrobrás PNB fecha em alta de 7,60%. IEE termina em alta de 0,81%, aos 24.457 pontos

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A MPX Energia ON encerrou em queda de 8,03% na Bolsa de Valores de São Paulo desta quarta-feira, 9 de dezembro. O setor elétrico registrou outros resultados negativos com a AES Tietê PN (-1,50%) e a Coelce PNA (-1,20%). A Eletrobrás PNB fechou em alta de 7,60%, acompanhada pela Copel PNB (4,92%). O Índice de Energia Elétrica terminou em alta de 0,81%, aos 24.457 pontos, enquanto o Ibovespa chegou aos 68.011 pontos, com alta de 0,42%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 1,53%
AES Tietê PN: -1,50%
Celesc PNB: 1,83%
Cemig PN: 2,71%
Cesp PNB: 2,02%
Coelce PNA: -1,20%
Copel PNB: 4,92%
CPFL Energia ON: 1,94%
Eletrobrás PNB: 7,60%
Energias do Brasil ON: 0,02%
Equatorial ON: 0,57%
Light ON: 2,84%
MPX Energia ON: -8,03%
Tractebel ON: -0,90%
Terna Participações UNT: 0,08%
Transmissão Paulista PN: 0,42%

Governo desonera permanentemente IPI sobre aerogeradores (CanalEnergia) 09/12/09

Estimativa de renúncia fiscal dessa desoneração é da ordem de R\$ 89 milhões em 2010
Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O governo desonerou em caráter permanente o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre aerogeradores. A medida foi anunciada nesta quarta-feira, 9 de dezembro, pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. De acordo com ministro, a estimativa de renúncia fiscal dessa desoneração é da ordem de R\$ 89 milhões em 2010. Com a medida, o governo espera aumentar os investimentos na geração de energia eólica e na produção de equipamentos no Brasil.

Mantega participou da última reunião do ano do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no Palácio do Itamaraty. Na ocasião, o ministro anunciou um total de R\$ 3 bilhões de desonerações para o próximo ano. As novas medidas de estímulos aos investimentos e desonerações, segundo Mantega, tem como objetivo garantir o crescimento econômico do país no patamar de 5% em 2010.

Leilão A-5: cancelamento não afeta segurança do abastecimento, segundo agentes (CanalEnergia) 09/12/09

Segundo Instituto Acende Brasil, balanço estrutural de oferta e demanda mostra superávit de oferta para os próximos cinco anos
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O cancelamento do leilão A-5, previsto para o dia 21 de dezembro, pegou os agentes de surpresa, mas não deve ter grandes consequências para a segurança do abastecimento, segundo agentes consultados pela Agência CanalEnergia. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, o certame foi cancelado por falta de tempo para a emissão das licenças ambientais para as hidrelétricas inscritas, apenas uma - Santo Antônio do Jari - conseguiu o licenciamento no fim da última terça-feira, 8. Outros seis projetos ainda estão na fila dos órgãos ambientais. Além disso, a demanda das distribuidoras foi considerada pouco significativa.

O presidente da Associação Brasileira de Carvão Mineral, Fernando Luiz Zancan, mostrou preocupação com a quebra de regras. Ele lembra que os investidores precisam de regras claras e transparentes para planejar suas estratégias. Zancan também ressaltou que o leilão A-5 tem se transformado nos últimos tempos em A-4. O executivo revelou que chegou a abordar com as autoridades a possibilidade de adiar o leilão para o ano que vem, mas recebeu como resposta que era impossível.

Para Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, o balanço estrutural de demanda e oferta do país mostra que há um superávit de oferta para os próximos cinco anos. "Do ponto de vista da energia não havia a necessidade do leilão. Temos uma condição estrutural confortável", disse o executivo. Ele ressaltou que o governo tem que resolver a situação do licenciamento das hidrelétricas. "Essa é uma situação grave que o governo não está conseguindo resolver", completou.

De acordo com Sales, o governo está se focando nos grandes projetos como Belo Monte e o complexo do Rio Madeira, deixando outros aproveitamentos, inclusive, mais eficientes de lado. "Isso significa que o diagnóstico de dificuldade de viabilização do potencial hidrelétrico continua", frisou.

Já Luiz Fernando Vianna, presidente do conselho de administração da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, o cancelamento do leilão A-5 pode ser benéfico porque poderá atrair maior competitividade para o certame, com a entrada de empreendimentos hidrelétricos. Ele disse que, consultada, a área jurídica da Apine considerou que não há impedimentos legais para a não realização de um leilão A-5 em determinado ano.

MMA discute licenciamento de parques eólicos (CanalEnergia) 09/12/09

Técnicos de órgãos ambientais dos estados pedem ampliação para 120 dias do prazo entre a publicação do edital de leilões futuros e o licenciamento prévio
Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A Coordenação de Energia e Meio Ambiente do Ministério de Meio Ambiente reuniu na última terça-feira, 8 de dezembro, técnicos de órgãos ambientais dos estados que têm empresas cadastradas no leilão de eólicas, previsto para acontecer na próxima segunda-feira, 14. Os técnicos se encontraram com especialistas do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional de Energia Elétrica para discutir os procedimentos de licenciamento ambiental previstos na Carta dos Ventos, marco regulatório assinado em junho.

"Durante essa reunião, os técnicos dos estados encaminharam algumas reivindicações, como a ampliação para 120 dias do prazo entre a publicação do edital de leilões futuros e o licenciamento prévio que devem emitir para que as empresas candidatas possam entrar na concorrência", disse Vânia Araújo, coordenadora de Energia e Meio Ambiente do MMA. Além disso, segundo ela, os técnicos também querem que seja criado um documento que sirva de termo de referência básico para todos os estados. Esse termo orientará, por exemplo, os tipos de informações que devem pedir aos empreendedores.

Vânia disse ainda que os técnicos deverão se reunir novamente no dia 14 de janeiro. O próximo encontro contará com especialistas da Empresa de Pesquisa Energética. Nesse primeiro leilão de eólicas estão cadastrados 339 projetos de construção de parques em oito estados - Sergipe, Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Paraná, Piauí e Bahia.

BNDES receberá empréstimo de R\$ 80 bilhões do Tesouro Nacional (CanalEnergia) 09/12/09

Montante será destinado ao financiamento de projetos em 2010 e 2011. Previsão é de cerca de R\$ 126 bilhões em desembolsos no próximo ano

Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social receberá empréstimo do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 80 bilhões. O montante será destinado ao financiamento de projetos em 2010 e 2011. O anúncio foi feito nesta quarta-feira, 9 de dezembro, pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, e pelo presidente do BNDES, Luciano Coutinho. Segundo o banco, o crédito permitirá atender à demanda de desembolsos de cerca de R\$ 126 bilhões projetada para o ano que vem.

Com a operação, o BNDES prorrogará para até 30 de junho de 2010 a vigência do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), sem alteração das condições oferecidas para a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, que permanecem com a taxa de 4,5% ao ano, e das linhas de inovação do banco, que variam com juros de 3,5% a 4,5% ao ano. No início do ano, o Tesouro também havia concedido empréstimo de R\$ 100 milhões para o banco.

A Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base avaliou as medidas como "importantes e benéficas". De acordo com o presidente da Abdi, Paulo Godoy, o novo empréstimo oferece tranquilidade ao BNDES para suportar a previsão de crescimento na demanda por empréstimos de longo prazo, dentro da perspectiva de desembolsos para 2010. Sobre a prorrogação do prazo de vigência do PSI, Godoy ressaltou que, desde a criação do programa, a média diária de financiamento destinado ao setor de bens de capital aumentou de R\$ 60 milhões para R\$ 110 milhões, entre julho e outubro deste ano.

Reservatório de Billings opera com 83,20% da capacidade (CanalEnergia) 09/12/09

Nível dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste atinge 70,5%, segundo dados do ONS

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

O nível dos reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste atinge 70,5% do volume acumulado e registra alta de 0,7%, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico referente à última terça-feira, 8 de dezembro. O reservatório de Billings trabalha com 83,20% da capacidade armazenada. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Norte - O nível dos reservatórios chega a 51,4% com alta de 0,4%. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 33,62% da capacidade de armazenamento.

Submercado Nordeste - Os reservatórios registram 61,3% do volume, com alta de 0,2%. O índice está 40% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 62,83% da capacidade.

Submercado Sul - Os reservatórios atingem 97,4% do volume acumulado, com baixa de 0,4%. O índice está 78,4% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Machadinho trabalha com 97,13% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 70,5% do volume, com alta de 0,7%. O índice está 47,7% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Billings e Paraibuna operam com 83,20% e 95,83%, respectivamente.

CVM analisa emissão de debêntures da Rede Energia (CanalEnergia) 09/12/09

Previsão é que captação de R\$ 370 milhões esteja concluída até o fim do mês

Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

O Banco do Nordeste Brasileiro submeteu a análise prévia da Comissão de Valores Mobiliários o pedido de registro da quarta distribuição pública de debêntures de emissão da Rede Energia. A expectativa é oferecer ao mercado 370 mil debêntures simples, em série única, com valor unitário de R\$ 1 mil, perfazendo uma captação de R\$ 370 milhões. A previsão é que a operação esteja concluída até o fim do mês, segundo aviso ao mercado publicado nesta quarta-feira, 9 de dezembro.

As debêntures terão prazo de vencimento de cinco anos, com remuneração a ser definida em reunião do conselho de administração, que ratificará os índices propostos no procedimento de bookbuilding. A reunião está prevista para o próximo dia 18.

Siemens vai construir fábrica de aerogeradores no Brasil (CanalEnergia) 09/12/09

Companhia já tem plano aprovado com o BNDES para iniciar a construção do empreendimento

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Siemens pretende construir uma fábrica de aerogeradores no país, dependendo do resultado do leilão de eólicas, previsto para acontecer na próxima segunda-feira, 14 de dezembro. De acordo com o diretor de energia da empresa alemã, Newton Duarte, ainda não há uma perspectiva de quanto deverá ser investido na fábrica, mas, segundo ele, os investimentos serão significativos.

"Estamos atentos para ver como vai ser a evolução do leilão da próxima segunda-feira e, confirmadas as expectativas de que a gente possa ter uma participação, já temos um plano com o BNDES de começar imediatamente a implantação da fábrica", afirmou o executivo.

Duarte disse ainda que a Siemens já tem um plano aprovado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que deverá financiar cerca de 70% do empreendimento. "Em cerca de três anos já atingiremos um grau de nacionalização dos componentes do aerogerador que pode ser superior a 50%", garantiu o diretor.

Perguntado sobre onde ficaria localizada a fábrica, Duarte afirmou que os sítios ainda estão sendo avaliados, mas que existem perspectivas em vários estados. "Temos que olhar para os estados que tem boa logística, não só para transportar grandes peças, que é o caso, mas que também tenham grandes mercados. O Nordeste é um sério candidato. Minas Gerais também pode ser um candidato", avaliou.

Segundo ele, a instalação de uma fábrica de aerogeradores da Siemens no Brasil é importante porque, para os investidores conseguirem financiamento do BNDES, eles precisam manter certos índices de nacionalização. "Por isso, resolvemos instalar uma fábrica aqui, além do grande potencial apresentado pelo país", comentou.

Fiesp debate distorções no reajuste tarifário nesta semana (CanalEnergia) 09/12/09

Evento acontece na próxima quinta-feira, 10 de dezembro e contará com o deputado federal e presidente da CPI das Tarifas, Eduardo da Fonte

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo reunirá na próxima quinta-feira, 10 de dezembro, representantes do governo, entidades do setor elétrico e órgãos de defesa do consumidor para debater as distorções no reajuste tarifário, que provocaram perdas de aproximadamente R\$ 7 bilhões para o consumidor desde 2002. Devem participar do debate,

que será realizado na sede da Fiesp, o deputado federal e presidente da CPI das Tarifas, Eduardo da Fonte (PP-PE); o assessor da Abrace, Fernando Umbria, entre outros.

TRF-1 mantém liminar que suspende efeitos da IN-7 (CanalEnergia) 09/12/09

Desembargador alega ausência de atribuição do Ibama para emitir a norma, que encarece investimentos em 80%
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A guerra judicial em volta da instrução normativa nº 7 do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis teve mais um lance nesta quarta-feira, 9 de dezembro. O desembargador federal Fagundes de Deus, do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, negou recurso do Ibama para suspender a liminar, que suspende os efeitos da IN-7, conseguida por ABCM (carvão mineral), Apine (produtores independentes), Abraget (geração térmica) e Abiape (autoprodutores), em outubro.

A instrução normativa determina a compensação ambiental por térmicas a carvão e óleo combustível das emissões de gases do efeito estufa. Os empreendedores teriam que fazer investimentos em reflorestamento, energia renovável e eficiência energética. O desembargador concordou com a tese das associações que os efeitos da instrução podem "causar lesão a suposto direito das usinas termelétricas de obterem a licença prévia ambiental, ante as exigências impostas pela Autarquia".

Ele também vê como "coerente" a alegação de ausência de atribuição jurídica do Ibama. Para o desembargador Fagundes de Deus, há aparente invasão, pelo Ibama, de competência constitucional do legislador de expedir ato destinado a disciplinar sobre as compensações ambientais, que só podem ser reguladas mediante lei formal. Ele se fundamenta também em avisos dos ministérios de Minas e Energia e Ciência e Tecnologia, onde afirmam que a IN-7 causaria um aumento de 80% nos investimentos e 40% no preço da energia desses empreendimentos.

O presidente da Associação Brasileira de Carvão Mineral, Fernando Luiz Zancan, considerou a medida positiva, mas pede mais celeridade para a revogação da IN-7 pelo governo federal. A medida terá o mérito julgado pela Justiça Federal de primeira instância, que concedeu a primeira liminar há dois meses.

MPX Energia tem o gás como foco dos negócios em 2010 (CanalEnergia) 09/12/09

Empresa entrou na exploração de campo de gás e pretende construir usina de 1 mil MW no Maranhão. Empresa tem 30 MW de eólica em leilão

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

Conhecida pelos projetos de geração a carvão mineral, a MPX Energia pretende colocar no seu foco no ano que vem o gás natural. A empresa está em um campo de gás natural, em conjunto com a OGX - as companhias pertencem ao grupo EBX -, na Bacia do Parnaíba, no Maranhão. Paralelamente, a empresa está em processo de licenciamento de uma usina termelétrica a gás, com capacidade de 1 mil MW, no mesmo estado. "O ano de 2010 será da efetiva entrada na geração a gás natural", avisou Eduardo Karrer, presidente da MPX.

O primeiro poço do novo campo de gás natural deve ser perfurado em maio de 2010. Atualmente, estão sendo feitos os testes de sísmica em 2-D e 3-D. "Queremos nos posicionar como um dos principais geradores a gás no país", ressaltou o executivo em teleconferência com analistas e investidores nesta quarta-feira, 9 de dezembro. O projeto da usina poderá ser adaptada a capacidade de produção e do tipo de gás natural que for extraído. Essas dimensões serão dadas pelos testes feitos atualmente.

Caso o resultado seja positivo, a MPX pretende levar a nova térmica para o leilão A-5 de 2010. "Temos a esperança que não seja nem a primeira nem a última que nós vamos fazer lá porque temos confiança muito grande no potencial desses sete blocos", frisou Karrer.

Eólicas - Mas a diversificação da empresa não ficará restrita a área térmica. A empresa tem 30 MW de capacidade inscritos no leilão de energia eólica, que acontecerá na próxima segunda-feira, 14. A empresa, informou o executivo, tem uma carteira total de 200 MW de energia eólica nos estados do Rio de Janeiro e Ceará; 100 MW em cada um.

"A companhia tem clareza que, além do gás e do carvão, a questão das energias renováveis é um pilar fundamental. E vocês devem esperar, não só nesse ano, mas em todos os outros certames a nossa participação nos leilões de energia renovável", adiantou o executivo.

Copel marca para 24 de janeiro novas provas de concurso (CanalEnergia) 09/12/09

Por conta de irregularidades, companhia rescindiu contrato com instituição organizadora, que deu lugar à PUC-PR Da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

A Copel marcou para o dia 24 de janeiro as datas das novas provas para a formação de cadastro de reserva. Por conta de irregularidades, a empresa anulou há cerca de um mês as provas aplicadas no dia 27 de setembro. A companhia rescindiu o contrato com a instituição organizadora, que deu lugar à Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Segundo a Copel, o concurso seguirá com todos os candidatos anteriormente inscritos, não sendo aceitas novas inscrições. As provas para os cargos de nível superior serão aplicadas das 8:00 horas às 12:30 horas, enquanto as dos cargos de nível médio serão das 16:00 horas às 20:30 horas.

Os candidatos que continuarão participando do concurso deverão acessar o site do concurso até 23:59 horas do dia 21 de dezembro próximo. Quem quiser o cancelamento da sua inscrição e a devolução do valor da taxa efetivamente paga deverá solicitar através do e-mail concursocopel@pucpr.br, do meio-dia de 28 de dezembro de 2009 até o dia 4 de janeiro de 2010. A Copel pretende selecionar candidatos para 48 cargos com formação de nível superior e para 26 cargos de nível técnico de segundo grau e de nível médio. De acordo com a empresa, cerca de mil pessoas estão inscritas no certame.

Aprovada versão 2010 das regras de comercialização de energia (CanalEnergia) 09/12/09

CCEE tem até dia 30 de dezembro para publicar documento com atualizações
Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou a versão 2010 das regras de comercialização de energia elétrica. Em reunião nesta terça-feira, 8 de dezembro, a diretoria colegiada da agência estabeleceu que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica tem até o dia 30 de dezembro para publicar a versão atualizada das regras. Entre as mudanças, estão alterações de texto e em referências algébricas. As regras estiveram em audiência pública de 16 de setembro a 16 de outubro.

Leilão A-5: cancelamento surpreende MPX Energia (CanalEnergia) 09/12/09

Empresa, que tinha 1.180 MW cadastrados, pensa em alternativas, como o mercado livre, para usinas. Para Ativa Corretora, geradora é a mais prejudicada
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O cancelamento do leilão A-5 publicado, em portaria, no Diário Oficial da União desta quarta-feira, 9 de dezembro, pegou de surpresa a MPX Energia. A empresa era considerada uma das favoritas para comercializar energia no certame. Estavam inscritas as termelétricas a carvão mineral MPX Sul (RS-600 MW) e Porto do Açú (RJ-580 MW). "Fomos surpreendidos com o cancelamento do leilão previsto para 21 de dezembro. Tínhamos dois projetos inscritos, aos quais estávamos dedicando uma carga razoável de trabalho. Mas a gente não perde o trabalho feito", analisou Eduardo Karrer, presidente da MPX.

A empresa já se dispôs a colocar os projetos no leilão A-5 previsto para 2010. E já pensa em alternativas para os projetos. Uma delas é destinar a energia da MPX Sul para o mercado livre. A usina está próxima a mina de Seival, no Rio Grande do Sul, por isso, avalia Karrer, tem preço competitivo. "É um projeto integrado e maduro", comentou o executivo em teleconferência com analistas e investidores sobre o cancelamento do certame.

A Ativa Corretora avaliou que a não realização do leilão tem um efeito negativo para a companhia. "A geradora tinha como principal driver de curto prazo o leilão", disse a corretora em relatório divulgado antes da teleconferência. As ações da empresa sentiram o golpe e caíram 6% no fim da manhã de hoje (9). Karrer reforçou durante o contato com os analistas as qualidades dos projetos da empresa. "Os projetos continuam sendo absolutamente competitivos. E na nossa visão necessários para a expansão do setor elétrico do Brasil, que vai precisar de toda e qualquer energia eficiente de base para sustentar o crescimento da carga", ressaltou.

Para o executivo, o país sofre com "uma escassez de projetos estruturantes" tanto hidrelétricos e térmicos. "[A escassez] continua sendo um gargalo para o setor. Por esse aspecto, consideramos que continuamos bem posicionados por ter projetos geograficamente bem localizados, com escala e custo competitivos, com eficiência energética", acrescentou. O executivo reivindicou que os leilões A-5 sejam realmente cinco anos antes da entrada em operação dos empreendimentos.

"Atualmente, os leilões A-5 tem sido A-4. Espero que no próximo ano o A-5 seja A-5", frisou. Karrer ressaltou que os projetos de base de altíssima eficiência precisam de tempo para serem implementados. Ele disse que, a princípio, MPX Sul e Porto do Açu podem ser viabilizados em menos tempo. "Podem ser viabilizados em prazo pouco menor se for possível atenciar algumas condições, como a preparação do site", ponderou, acrescentando que Porto do Açu já tem a licença de instalação.

BNDES aprova financiamento de R\$ 1 bilhão para UTE Porto do Itaqui (CanalEnergia) 09/12/09

Térmica a carvão da MPX também terá empréstimo de R\$ 203 milhões do BNB
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social aprovou financiamento de R\$ 1,038 bilhão para a termelétrica a carvão mineral Porto do Itaqui (MA-360 MW), segundo informou a MPX Energia, proprietária do projeto, nesta quarta-feira, 9 de dezembro. Segundo Eduardo Karrer, presidente da empresa, essa aprovação fecha o ciclo de financiamento para os projetos do leilão A-5 de 2007.

"Esse é um marco histórico para a companhia. Já tínhamos fechado o financiamento de Pecém I [térmica em sociedade com a EDP Brasil]", comentou o executivo em teleconferência com analistas e investidores. O empréstimo terá prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, e carência para o pagamento de juros e principal até julho de 2012. O pacote se divide em um empréstimo direto de R\$ 797 milhões e outro indireto de R\$ 241 milhões.

"Esse financiamento [do BNDES] mostra que a empresa tem capacidade de entrega os projetos", observou Karrer. A usina também terá financiamento de R\$ 203 milhões do Banco do Nordeste Brasileiro, em fase final de contratação. Porto do Itaqui comercializou 315 MW médios no leilão A-5 de 2007, o que garante uma receita fixa anual de R\$ 252 milhões - em valores de setembro deste ano.

O cronograma de implantação prevê início de operação comercial anterior a janeiro de 2012, de acordo com a MPX, o que garante receita adicional com a comercialização da energia no mercado livre. Agora, a MPX se dedicará a aprovação do financiamento para a termelétrica de Pecém II (CE-360 MW). Karrer acredita que o empréstimo deva sair ainda no primeiro trimestre de 2010.

MPX Energia ON opera em queda de 6% (CanalEnergia) 09/12/09

IEE alcança os 24.253 pontos com baixa de 0,03%. Já Ibovespa chegou aos 67.858 pontos e registrou alta de 0,19%
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A MPX Energia ON opera em queda de 6% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta quarta-feira, 9 de dezembro. O setor elétrico registra outros resultados negativos com a Energias do Brasil ON (-1,14%), acompanhada da AES Tietê PN (-0,67%). A Eletrobrás PNB opera em alta de 2,72%, acompanhada pela AES Eletropaulo PNB (2,18%) e Light ON (2,10%). A Tractebel ON opera em estabilidade. O Índice de Energia Elétrica alcançou os 24.253 pontos com baixa de 0,03%. Já o Ibovespa chegou aos 67.858 pontos e registrou alta de 0,19%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 2,18%
AES Tietê PN: -0,67%
Celesc PNB: -0,15%
Cemig PN: 0,42%
Cesp PNB: -0,27%
Coelce PNA: -0,51%
Copel PNB: 1,47%
CPFL Energia ON: 0,84%
Eletrobrás PNB: 2,72%

Energias do Brasil ON: -1,14%
Equatorial ON: 0,87%
Light ON: 2,10%
MPX Energia ON: -6%
Tractebel ON: estável
Transmissão Paulista PN: -0,06%

BDMG firma contrato de financiamento de R\$ 10 milhões para PCH Cristina (CanalEnergia) 09/12/09

Usina terá potência instalada de 3,5 MW e a previsão de entrada em operação comercial é setembro de 2010
Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e a empresa Cristina Energia firmaram contrato de financiamento para a construção da PCH Cristina. O valor total do financiamento é de R\$ 10 milhões, a partir de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social automático e Finame PSI. A PCH Cristina está em construção no rio Lambari, município de Cristina, região sul de Minas Gerais. A usina terá potência instalada de 3,5 MW e a previsão é de que a PCH entre em operação comercial em setembro de 2010.

Aprovadas regras para atendimento com redes elétricas a parcelamentos de solo para fins urbanos (CanalEnergia) 09/12/09

Nova resolução define condições para regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas
Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou a emissão de resolução normativa que estabelece as condições para atendimento com redes de energia nos parcelamentos de solo para fins urbanos e na regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. As regras, que substituem a resolução 82/2004, valem também para a incorporação dos respectivos bens e instalações ao ativo das distribuidoras. A decisão foi tomada em reunião da diretoria nesta terça-feira, 8 de dezembro.

Durante audiência pública sobre o tema, foi publicada a Lei 11.977/2009, que atribui ao poder público, diretamente ou por meio de seus concessionários ou permissionários de serviços públicos, a responsabilidade pela implantação das obras de infraestrutura básica na regularização fundiária de interesse social. O processo recebeu 49 contribuições de 19 órgãos, entidades, empresas ou pessoas físicas interessadas.

Entre as mudanças estabelecidas, está a maior abrangência da resolução pela delimitação das responsabilidades de cada agente e por passar a contemplar condomínios. Com isso, poderão ser beneficiados conjuntos habitacionais previstos em programas sociais como o "Minha Casa, Minha Vida", do governo federal. A nova resolução estabelece ainda que, no caso de assentamentos irregulares ocupados por população de baixa renda, nas áreas de interesse social, as distribuidoras passam a ter a possibilidade de atendimento em caráter provisório. No entanto, o atendimento, depende da anuência expressa do poder público local e da disponibilidade de energia e potência por parte da distribuidora.

Além disso, a concessionária deverá oferecer opções de rede e de padrões de baixo custo. A resolução prevê também a possibilidade de subvenção econômica proveniente de programas dos governos federal, estaduais ou municipais ou órgãos da administração indireta, quando responsáveis pela implantação do parcelamento ou regularização fundiária. Para assentamentos irregulares, em locais com pouca segurança à prestação do serviço, o atendimento poderá ser condicionado ao pré-pagamento, após autorização da Aneel.

Aneel reajusta TAR para R\$ 64,65/MWh (CanalEnergia) 09/12/09

Agência também decidiu que o UBP não mais será considerado nos cálculos da tarifa anual de referência
Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Agência Nacional de Energia Elétrica reajustou nesta terça-feira, 8 de dezembro, a Tarifa Anual de Referência para R\$ 64,65/MWh. O novo valor vai começar a valer a partir do dia 1º de janeiro de 2010. Em 2009, o valor da TAR ficou em R\$ 62,07/MWh.

Durante reunião da diretoria, a agência também mudou seu entendimento quanto ao Uso do Bem Público (UBP), afirmando que entende ser este um encargo setorial. Por isso, a partir do exercício de 2010, o UBP não mais será considerado nos cálculos da TAR, sem efeitos para ciclos tarifários anteriores.

A questão foi levantada pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, que questionou a inclusão na base de cálculo da TAR dos pagamentos referentes ao UBP. A legislação define que a TAR é baseada nos preços de venda de energia, excluindo-se os encargos setoriais vinculados à atividade de geração, os tributos e empréstimos compulsórios, bem como custos incorridos na transmissão de energia.

Leilão A-5 é cancelado por falta de licença para hidrelétricas (CanalEnergia) 09/12/09

Segundo o MME, demanda das distribuidoras para 2014 é pouco significativa, o que permite o atendimento pelo leilão A-3 de 2011

Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

O Ministério de Minas e Energia decidiu cancelar o leilão A-5, marcado para acontecer no dia 21 de dezembro. O cancelamento se deve, segundo o MME, a frustração na obtenção, no prazo requerido para o certame, de licenciamento ambiental prévio para a outorga de concessão para a exploração de sete aproveitamentos hidrelétricos, que totalizam 905 MW de potência instalada. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente concedeu apenas na última terça-feira, 8 de dezembro, a licença prévia da hidrelétrica Santo Antônio do Jari (PA/AP-300 MW).

Além disso, constatou-se que a demanda para o mercado das distribuidoras, a partir de 2014, foi pouco significativa, permitindo seu atendimento pela energia a ser contratada no leilão A-3, de 2011. O ministério destacou ainda que o cancelamento do leilão não afetará a segurança do suprimento de energia elétrica no sistema, haja vista a contratação de energia de reserva de fonte eólica no certame que será realizado no dia 14 de dezembro.

UTE Santa Juliana inicia operação em teste de 15 MW (CanalEnergia) 09/12/09

Localizada em Minas Gerais, usina terá 60 dias para enviar relatório à Aneel sobre potência da turbina

Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o início da operação em teste da unidade geradora 1, de 15 MW, da termelétrica Santa Juliana. Localizado no município de mesmo nome, em Minas Gerais, o empreendimento pertence à Agroindustrial Santa Juliana, que terá 60 dias após os testes para enviar relatório à Aneel confirmando ou corrigindo a potência estimada da turbina. As informações foram publicadas no Diário Oficial da União da última terça-feira, 8 de dezembro.

SINDICAL

Trabalho aprova criação de licença-paternidade opcional de 30 dias (CUT Nacional) 10/12/09

Escrito por Correio Braziliense

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público aprovou nesta quarta-feira (9) o Projeto de Lei 4028/08, da deputada Rita Camata (PMDB-ES), que cria a possibilidade de uma licença de 30 dias para o pai quando a mãe não conseguir a prorrogação da licença-maternidade.

Conforme a Lei 11.770, a empresa que aderir ao Programa Empresa Cidadã se compromete a prorrogar a licença-maternidade por 60 dias, em troca da possibilidade de deduzir do Imposto de Renda os salários pagos nesse período.

O projeto complementa essa lei e cria a possibilidade de licença para os pais que trabalharem em uma empresa optante do programa. Eles só poderão requerer o benefício se a mãe trabalhar em uma empresa não-optante.

Além de instituir a licença-paternidade opcional, o projeto recria a possibilidade de micro e pequenas empresas optantes do Simples Nacional participarem do Programa Empresa Cidadã, já que esse dispositivo foi vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A licença de 30 dias para o pai começa a contar após o término do período normal de licença-maternidade, que dura quatro meses. O projeto não altera a atual licença-paternidade, de cinco dias, que está prevista na Constituição.

Para ele, "nada é mais razoável que garantir a devida compensação aos pais pertencentes a empresas participantes do Programa Empresa Cidadã para que contribuam mais diretamente na criação dos filhos".

Tramitação

A proposta há havia sido aprovada pela Comissão de Seguridade Social e Família. Em ambas as comissões (Seguridade e Trabalho), o relator da proposta foi o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG). A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nota da CUT sobre taxa Selic (CUT Nacional) 09/12/09

Escrito por CUT Nacional

O final de ano merecia uma notícia mais animadora. Manter a taxa de juros não é das melhores
O final de ano merecia uma notícia mais animadora. Manter a taxa básica de juros nos patamares atuais não é das melhores. Apesar do processo de queda observado ao longo do ano - que para nós já era tímido - a taxa brasileira continua alta demais.

Insistimos que o movimento de queda deveria ter sido mantido, diante de uma inflação absolutamente sob controle e da necessidade sempre presente de gerarmos mais empregos de qualidade e diminuirmos o envio de tanto dinheiro para a rolagem da dívida pública.

Artur Henrique, presidente nacional da CUT

Plataforma da Classe Trabalhadora para 2010 (CUT Nacional) 09/12/09

Escrito por Luiz Carvalho

Nesta quarta (9), CUT promove oficina para discutir desenvolvimento e qualidade de vida no campo e na cidade. Acompanhe transmissão ao vivo.

Debate aponta propostas Na próxima quarta-feira, dia 9 de dezembro, a Central Única dos Trabalhadores realiza no Hotel Braston (Rua Martins Fontes, 330), centro de São Paulo, a 3ª Oficina Nacional da Jornada de Desenvolvimento. O evento conta com uma transmissão ao vivo com a tecnologia Justin.TV. Para acompanhar, clique no link a seguir: Jornada - transmissão on line .

Com o tema "Políticas Setoriais articulando campo e cidade, no Brasil e no mundo – o direito de viver com qualidade", esta edição (Clique aqui para fazer a inscrição) encerra a série de debates organizados pela CUT para a construção da Plataforma da Classe Trabalhadora para eleições de 2010, discutindo meio ambiente e sustentabilidade como formas de valorizar as vocações regionais do Brasil e superar as desigualdades.

Neste ano, além de encontros regionais, a Central promoveu outros dois nacionais que tiveram como eixos democracia, participação popular, controle social, educação, saúde, mercado de trabalho, economia popular, solidária e proteção social.

A plataforma que construiremos irá priorizar o desenvolvimento sustentável e isso inclui discutir mudanças no padrão de produção e consumo, da matriz energética poluente para um modelo renovável e o projeto do pré-sal", aponta Artur Henrique, presidente da CUT.

Leia abaixo a programação:

09 de dezembro de 2009

09h00 – Café de Recepção aos Participantes

09h15 – Abertura
Artur Henrique – Presidente CUT e Coordenador GT Desenvolvimento
09h30 – Comércio, Serviços e Sistema Financeiro
Expositor:
Prof. Dr. Ladislau Dowbor – PUC
Debatedores: CONTRACS, CONTRAF
14h30 – Política Energética: matriz, eficiência e controle social
Expositor:
Prof. Dr. Célio Bermann – IEE - USP
Debatedores: FNU, CNQ/FUP, FISENGE
18h00 – Sistematização do dia

10 de dezembro de 2009
09h00 – Desenvolvimento Urbano: serviços, direitos e sustentabilidade
Expositor:
Profa. Dra. Ermínia Maricato – FAU/USP
Debatedores: FNU, FNA, CNTT, FISENGE, CONFETAM
14h30 – Indústria e Agricultura produzindo com eficiência e sustentabilidade
Expositores:
Prof. Dr. UFABC Arilson Favareto
Prof. Dr. José Alberto da Costa Machado - UFA
Debatedores: Rurais CONTAG, FETRAF S, CNM, CNQ, CNTV, CONTAC
18h00 – Sistematização do dia

11 de dezembro de 2009
09h00 – Política Internacional: integração regional, instituições multilaterais, democracia e soberania
Expositor:
Rafael Freire – Sec. Política Econômica e Desenvolvimento Sustentável – CSA
Milton Rondó – Ministro de Carreira do Min. Relações Exteriores
Debatedores: SRI
14h30 – Território, desenvolvimento e Sustentabilidade
Expositor:
Prof. Dr. José Alberto da Costa Machado - UFA
Debatedor: SMA, CUT
18h00 – Encerramento da Oficina

Centrais Sindicais do Cone Sul (CUT Nacional) 09/12/09

Escrito por Leonardo Severo, de Montevidéu

Coordenadora relança Comissão de Direitos Humanos e reforça luta contra criminalização dos movimentos sociais

.Nesta terça-feira (8), em Montevidéu, com a presença de lideranças sindicais da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai foi relançada a Comissão de Direitos Humanos da Coordenadora das Centrais do Cone Sul (CCSCS), que definiu alguns eixos temáticos considerados prioritários para a atuação no próximo período. O objetivo comum, frisaram, “é de ampliar a pressão para que estas propostas se convertam em políticas públicas no âmbito do Mercosul”.

Entre as reivindicações, esclareceu o secretário de Políticas Sociais da CUT, Expedito Solaney, está a de criar um Observatório de Direitos Humanos da CCSCS no Mercosul, “para dar viabilidade à fiscalização, incidência e monitoramento da questão social”. Tema bastante atual, que aflige indiscriminadamente os países da região, informou, é a criminalização dos protestos e dos conflitos sociais. “Vivemos um momento de crescimento das mobilizações unitárias do movimento sindical e social por salário, emprego e direitos. A própria ação da Coordenadora tem sido importante para aglutinar nesta direção e levar denúncias até à Organização Internacional do Trabalho (OIT). Mas, na contramão, está a elite e o grande capital, que chantageiam para colocar os lutadores sociais no banco dos réus”, explicou.

Outra questão chave, disse, “é exigir o direito à memória, à verdade e à justiça, colocando em pauta o debate sobre o terrorismo de Estado e as ditaduras que afogaram em sangue os países da região. O fundamental é enfatizarmos uma linha de atuação contra as estratégias de impunidade das elites”.

Solaney avalia que “a classe trabalhadora deve ser cada vez mais protagonista deste novo ciclo, não permitindo a violação dos direitos humanos no cotidiano, como o trabalho escravo, degradante ou infantil”. “Precisamos lutar para que

os acessos à moradia digna, ao transporte público e à seguridade social sejam também encarados como direito humano. Defendemos igualmente que os trabalhadores tenham acesso a uma Justiça rápida, ágil e eficiente, com a aplicação das leis e a unificação dos códigos em toda a região”, acrescentou.

Conforme alertou na capital uruguaia o secretário de Políticas Sociais da CUT, “os anos de neoliberalismo provocaram uma inversão total de valores, provocando um imenso retrocesso no conjunto dos países da região que, agora, necessitam ser cada vez mais protagonistas da transformação, da afirmação de direitos”. Para cumprir seu papel, enfatizou Solaney, “a Comissão de Direitos Humanos da Coordenadora deverá ser fortalecida, indo além das importantes produções de estudos e análises, colocando em pauta uma agenda de mobilizações para assegurar avanços e conquistas”. Exemplo disso, frisou, “é o papel que deve passar a cumprir para exigir o cumprimento das metas do milênio na região. O Mercosul deve dar o exemplo a partir de uma ação de Estado e de bloco na gestão econômica, onde se priorize cada vez mais o aspecto social”.

Pacote de incentivo à economia (CUT Nacional) 09/12/09

Escrito por Isaías Dalle

Medidas não exigem empregos com carteira assinada nem combate à rotatividade no mercado, critica CUT

A Central Única dos Trabalhadores voltou a cobrar hoje, após o anúncio das medidas do governo para estimular a economia, a falta de exigências explícitas de contrapartidas sociais sobre o empresariado que vai se beneficiar dos incentivos e dos financiamentos.

As contrapartidas sociais, segundo a CUT, são a exigência de manutenção e criação de empregos com carteira assinada e, portanto com todos os direitos trabalhistas, e de combate à alta rotatividade, pois é sabido que amplos setores do empresariado substituem trabalhadores por outros que ganharão salários menores do que seus antecessores.

"Não basta dizer que as medidas de incentivo à economia, por si só, vão gerar empregos. É preciso definir claramente que tipo de emprego é, e dificultar ao máximo as demissões sem justa causa nos setores e projetos beneficiados, com o objetivo de incorporar de fato novos trabalhadores e trabalhadores ao mercado formal e fazer subir o rendimento real dos assalariados em toda a cadeia produtiva, seja nos empregos diretos ou indiretos", explica o presidente da CUT, Artur Henrique. Artur, integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), também fez a cobrança durante a reunião em que o ministro da Economia, Guido Mantega, anunciou as medidas.

Artur também lembrou aos presentes, entre eles o presidente Lula, que as medidas foram elaboradas sem a participação de representantes dos trabalhadores. "Se tivéssemos participado da elaboração dos projetos, certamente o governo poderia ter avançado mais na abrangência das medidas", disse.

Para conhecer em linhas gerais o pacote anunciado hoje, veja texto publicado pela Agência Brasil e escrito por Kelly Oliveira e Daniel Lima:

"Brasília - O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou hoje (9) uma série de medidas para incentivar a economia. Entre elas, o reforço de recursos de R\$ 80 bilhões para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) possa financiar investimentos e o desenvolvimento produtivo, em 2010 e 2011.

As atividades prioritárias dessa medida são a infraestrutura econômica e social, a compra de bens de capital (máquinas e equipamentos para a indústria), as exportações, ciência, tecnologia e inovação. Será cobrada a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Foi prorrogado o Programa de Sustentação do Investimento até junho de 2010. O prazo terminaria em dezembro deste ano. Esse programa prevê financiamentos oferecidos pelo BNDES para a compra de bens de capital, exportação e inovação tecnológica. O valor máximo de financiamento é de R\$ 44 bilhões.

Outra medida, que ainda será regulada pelo Conselho Monetário Nacional, é a criação de uma letra financeira, instrumento que vai permitir aos bancos captar recursos de longo prazo para emprestar.

Também foi prorrogada a desoneração de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de bens de capital, até junho de 2010. Segundo Mantega, os bens de capital têm IPI próximo de zero. A estimativa de desoneração em 2010 é de R\$ 369 milhões. Os principais itens desonerados são válvulas industriais, árvores de transmissão e microscópios eletrônicos.

O ministro anunciou novo empréstimo da União para o Fundo da Marinha Mercante no valor de R\$ 15 bilhões. A medida atende a demanda por financiamento a produção de embarcações.

Também foi anunciada a suspensão de cobrança de IPI, PIS/Cofins e Imposto de Importação de bens e serviços relacionados a investimentos em refino de petróleo e indústria petroquímica no Norte, Nordeste e Centro Oeste. A estimativa de renúncia fiscal é de R\$ 1 bilhão em 2010.

Os aerogeradores usados na produção de energia eólica (dos ventos) ficaram isentos de IPI permanentemente. De acordo com Mantega, o resultado esperado pelo governo é de crescimento da produção desses equipamentos no Brasil. Com a medida o governo deixa de recolher aos cofres (renúncia fiscal) R\$ 89 milhões em 2010. Para o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o governo vai adotar a suspensão de cobrança do IPI, PIS/Cofins e Imposto de Importação sobre bens e serviços relacionados a investimentos em refino de petróleo e na indústria petroquímica. A estimativa de renúncia é de R\$ 1, bilhão no próximo ano.

O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, anunciou a ampliação do limite do cartão do banco de R\$ 500 mil para R\$ 1 milhão. Segundo Coutinho, hoje existem 250 mil cartões ativos, beneficiando 95 mil empresas. Os juros do cartão BNDES são de 9% ano ano.

De acordo com Coutinho outra medida permitirá que o Finame empreste recursos no exterior, a partir de credenciamento de bancos nos países interessados, principalmente da América Latina e da África. O objetivo da medida é permitir que os exportadores brasileiros ofereçam os equipamentos e o financiamento aos compradores estrangeiros. Segundo Coutinho, na Argentina os entendimentos estão praticamente concluídos com o Banco latú.

Outra medida é a liberação de recursos para capitalizar em até 30% o setor de autopeças , beneficiando pessoas físicas e empresas. O objetivo é incluir novos empresários no setor de bens de capital."

Espírito Santo (CUT Nacional) 09/12/09

Escrito por Sindimetal-ES

Metalúrgicos terceirizados recusam proposta patronal

Depois de onze rodadas de negociação, não houve avanço. Os empresários do setor metalmeccânico do Espírito Santo querem deixar como está. Fizeram uma proposta de reajuste de 6%, plano de saúde participativo em 50% e 12% de reajuste no piso de ajudante que hoje é de R\$ 500,00. Desconsideraram a pauta de reivindicações com mais de 90 itens.

A negociação salarial do Sindimetal-ES com o Sindifer, cuja Convenção Coletiva abrange cerca de 25 mil metalúrgicos, está se arrastando. E para mudar esse quadro de desrespeito às reivindicações dos trabalhadores, os metalúrgicos terceirizados na Vale e ArcelorMittal Tubarão (CST) fizeram uma grande assembléia na manhã desta quarta-feira (9), em frente à sede do Sindimetal em São Diogo/Serra. Eles decidiram não aceitar a proposta patronal de 6%, como também realizaram um dia de paralisação como forma de protesto. Os terceirizados na Vale, fizeram uma passeata até à sede do Sindimetal, se juntando aos companheiros do Complexo de Tubarão.

As reivindicações dos trabalhadores são:

- Reajuste de 7% (INPC 4,18% + 2,7% ganho real);
- Auxílio Alimentação (cesta básica) de R\$ 150,00;
- Reajuste no piso de ajudante de R\$ 700. Hoje é 500;
- Reajuste no piso profissional para R\$ 1,3 mil;
- Plano de Saúde com menor custo e para a família;
- Reajuste na tabela dos pisos profissionais conforme os valores praticados no mercado.

O Sindimetal prepara os trabalhadores para uma greve. O Edital de convocação de assembléia que decidirá os rumos do movimento foi publicado hoje no Jornal A Tribuna. Na próxima segunda-feira (14) haverá nova assembléia. Até lá os metalúrgicos esperam que os empresários repensem sua proposta e avancem. Caso contrário, os trabalhadores podem entrar em greve por tempo indeterminado.

Mesmo discurso, desde o ano passado

Os patrões não mudam o discurso. No ano passado, os trabalhadores metalúrgicos do setor metalmeccânico e das contratadas (terceiros) sofreram com a intransigência patronal, que alegando "crise" não queriam dar nada. Foi preciso uma greve de 7 dias para conquistar 7,26% de reajuste, além dos pisos salariais por função.

Naquele ano, os metalúrgicos de Colatina, Cachoeiro e outras regiões do Estado, ficaram de fora da cláusula dos pisos profissionais garantida na Convenção Coletiva de Trabalho. Esse ano, o Sindimetal não aceitará isso.

A crise já passou, as empresas já estão bombando na produção e esfolando o peão. A indústria foi a que mais contratou em outubro e agora em novembro. E o discurso dos patrões não muda. Na hora de melhorar os salários é aquele chororô de prejuízo, crise, etc.

No primeiro semestre desse ano, em plena crise, as negociações salariais de outras categorias no Brasil todo, segundo o Dieese, garantiram aumentos reais de 2 a 3%.

Entrevista à Agência Brasil (CUT Nacional) 09/12/09

Escrito por Daniel Lima e Kelly Oliveira - Agência Brasil

Feijóo, vice-presidente da CUT, diz que trabalhador quer ver votada proposta de aumento do mínimo

Brasília - O vice-presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), José Lopez Feijóo, disse nesta quarta-feira (9) que a proposta de reajuste do salário-mínimo é o cumprimento do que já foi acordado com as centrais sindicais. A proposta de reajustar o mínimo considerando a inflação mais o crescimento da economia de anos anteriores faz parte da política de valorização do mínimo.

Segundo ele essa é uma política que os trabalhadores querem ver aprovada no Congresso, para vigorar até 2023. "Infelizmente, o Congresso ainda não votou, mas esperamos que vote", afirmou.

Quanto à proposta que tem circulado de dar a metade desses ganhos reais para os aposentadorias superiores a um mínimo, o que representa aumento real, ele considera positivo:

"Sei que todos gostariam de ter [aumento real], mas não posso desconhecer que, se implementado será uma política positiva. Em nenhum lugar do mundo se dá aumento real para aposentadoria".

Feijóo deu as declarações ao chegar para a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

CNQ/CUT (CUT Nacional) 09/12/09

Escrito por João Caetano – CNQ/CUT

Entidade debate terceirização, campanhas salariais e organização sindical

Começou na manhã desta terça-feira, dia 8, a reunião da direção nacional plena da CNQ-CUT. O evento ocorre em São Paulo, no Hotel E-Z Aclimação. O grande tema foi o debate sobre a terceirização. Foram dados informes sobre como estão as tramitações no Congresso Nacional de leis que tratam do tema.

Cristhian Rivas Guevara, coordenador de projetos sobre subcontratação da ICEM (Federação Internacional de Sindicatos de Trabalhadores da Química, Energia, Minas e Indústrias Diversas) foi convidado para o debate. Ele falou sobre a campanha global que a ICEM está desenvolvendo de combate à prática da terceirização que visa garantir melhores condições de trabalho sem discriminação para todos os trabalhadores e trabalhadoras.

A campanha envolve três ações, explica Cristhian: "A primeira é de realizar intercâmbio de informações, através de encontros e reuniões sobre o tema. A segunda é de capacitação e formação de homens e mulheres com capacidade para discutir e debater com conhecimento aprofundado o tema. Por fim, desenvolver ações coordenadas e conjuntas com as centrais sindicais dos vários países e apoiar ações específicas, como no caso do Brasil, a mobilização em favor de uma lei que discipline o tema, de acordo com os interesses dos trabalhadores".

Campanhas Salariais

Depois do debate sobre terceirização foi feito um balanço sobre as campanhas salariais do ramo químico no segundo semestre. Constatou-se que praticamente todos os segmentos do ramo que já fecharam acordos salariais obtiveram aumento real, alguns com avanços expressivos em cláusulas sociais.

Projeto político e organizativo

Jacy Afonso, secretário de Organização da CUT, foi o convidado para o debate sobre o "Projeto Político e Organizativo da CUT e da CNQ".

Para Jacy o movimento sindical vive hoje um novo período e com novos desafios. Entretanto, antes de se deter no atual período, ele fez um breve histórico dos últimos trinta anos do movimento sindical.

"A década de 80 foi considerada uma década perdida economicamente, mas foi do ponto de vista da organização dos trabalhadores, uma década extraordinária", disse Jacy.

O dirigente cutista relembrou datas marcantes daquele período, começando pela Lei da Anistia de 1979; a fundação do PT em 1980; a Conclat (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras) de 1981; a volta das eleições diretas para governador em 1982; a fundação da CUT em 1983; a criação do MST e a campanha diretas já em 1984; o fim da ditadura militar em 1985 através do Colégio Eleitoral; a eleição dos deputados constituintes em 1986 e a Constituição em 1988 e, por fim, a volta das eleições diretas em 1989, quando Lula chegou ao segundo turno.

"Foi uma década de ascensão dos movimentos. Na década de 90, a situação se inverteu e os governos neoliberais buscaram enfraquecer as organizações sindical e popular. E dessa década restou um sentimento de frustração. Agora, estamos recuperando o papel das mobilizações da representação sindical, mas isso ocorre também num momento de fragmentação sindical."

Jacy analisou as saídas dos segmentos sindicais ligados ao PSTU, PSOL e do PCdoB das fileiras da CUT. "Essas saídas são frutos de uma divisão política, mais do que sindical", destaca.

Hoje, segundo ele, o movimento sindical enfrenta novos desafios com a legalização das centrais sindicais. Por isso, chama a atenção para a necessidade de a CUT reconstruir a unidade interna, reaprender a disputar eleições sindicais do ponto de vista Central versus Central e aprofundar o debate sobre federações, confederações e o que elas representam. Jacy salientou ainda a necessidade de organização de oposições sindicais, em torno de propostas e compromissos de trabalho e atuação, além do fortalecimento de organizações de base como as Cipas.

"O bom é que voltamos a discutir a organização sindical", conclui.

Renda familiar tem influência direta no acesso de crianças à educação, mostra estudo (CUT Nacional) 09/12/09

Escrito por Agência Brasil

A renda familiar tem influência direta no acesso da criança à escola. Em 2008, 90,4% das crianças e dos jovens entre 4 e 17 anos estavam na escola no Brasil. Entretanto, esse número é menor nas famílias de baixa renda. Entre aquelas que se declaram sem rendimento, ou seja, que sobrevivem de serviços temporários ou doações, a taxa de atendimento é de 81%. Já entre as famílias com renda mensal de cinco salários mínimos ou mais, 97% da população nessa faixa etária frequentam a escola.

A análise consta de relatório do Movimento Todos pela Educação, que reúne representantes da sociedade civil organizada e da iniciativa privada, educadores e gestores públicos de educação. A entidade monitora indicadores educacionais de acesso e qualidade a partir de cinco metas que devem ser atingidas até o bicentenário da Independência, em 2022: ampliação e melhoria da gestão dos investimentos em educação, garantia de que todas as crianças e jovens estejam na escola, sejam alfabetizados até os 8 anos, aprendam o que é adequado para a sua série e concluam cada etapa do ensino na idade correta.

O relatório divulgado nesta quarta-feira (9) analisa a taxa de atendimento da população de 4 a 17 anos, além dos percentuais de conclusão do ensino fundamental e médio entre os jovens. Segundo o relatório, o país não conseguiu atingir a meta de acesso para 2008 que previa que 91,9% da população nessa faixa etária estivesse na escola. O percentual verificado foi de 90,4%. Para 2022, a meta é chegar a 98%. Entre os estados, só a Bahia conseguiu superar a meta estabelecida para o ano passado, atingindo o percentual de 92,5% de crianças e jovens na escola.

O presidente executivo do Movimento Todos pela Educação, Mozart Neves Ramos, destaca que a aprovação em 2009 da proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece o ensino médio (dos 15 aos 17 anos) e a pré-escola (dos 4 aos 5 anos) como etapas obrigatórias deve aumentar os números nos próximos anos. O atendimento escolar entre 7 e 14 anos, faixa etária para a qual hoje o ensino é obrigatório, já foi universalizado.

"Se por um lado conseguimos universalizar a matrícula de 7 a 14 anos, na pré-escola ainda é preciso fazer um grande esforço: ainda temos 15% de crianças não atendidas e essa é uma etapa muito importante para a qualidade da educação básica", afirma.

Além da renda, o local em que a criança mora e outros fatores influenciam o acesso ao ensino. Segundo o relatório, "o fato de a família residir em uma zona urbana aumenta em 3% a probabilidade de seus filhos estarem matriculados na escola". Se o pai está empregado, a chance de o filho ter atendimento escolar aumenta em 5,4%. "É preciso garantir uma atenção maior em termos de política pública para essa população, um olhar diferenciado para essa criança", destaca Mozart Neves Ramos.

Reunião entre APP-Sindicato e Secretária da Educação discute pendências das negociações (CUT Nacional) 09/12/09

Escrito por APP-Sindicato

A direção da APP-Sindicato voltou a se reunir, nesta terça-feira, dia 8, com a Secretaria de Estado da Educação (Seed) para tratar de assuntos ainda pendentes nas negociações. Entre os temas abordados, o fechamento do cargo de 40 horas, a progressão dos funcionários (as) de escola, a lei do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), além de outros.

Participaram da reunião, pelo governo, a secretária de Educação Yvelise Arco-Verde, o diretor geral da Seed Ricardo Bezerra e a chefe do Grupo de Recursos Humano Setorial da Secretaria de Estado da Educação (GRHS/Seed), Joceli Maciel. Pela direção da APP, a presidente professora Marlei Fernandes de Carvalho, a secretária Geral Izabel Catarina Zöllner, o secretário de Políticas Sindicais, e deputado estadual, Professor Lemos e o secretário de Funcionários Valdivino de Moraes.

Segundo a professora Marlei Fernandes, a reunião foi muito importante para resolver vários itens da pauta que ainda estavam em aberto neste final de ano. "Avançamos muito este ano e já apontamos o retorno dos debates com novos temas e, ainda, com itens que terão andamento em janeiro", afirmou. Veja abaixo os pontos debatidos na reunião:

Cargo de 40 horas - Nesta primeira etapa da dobra de padrão, 5545 professores alcançaram a ampliação da jornada de trabalho. A Seed se comprometeu em regulamentar em lei todo o processo e, com isso, retomar o debate de vários pontos que ficaram pendentes nesse momento. O assunto deverá ser retomado assim que forem concluídos o concurso de remoção e a nomeação dos concursados, quando, então, será realizado um novo levantamento de vagas para nova oferta do cargo de 40 horas. Com estas medidas, a dobra torna-se uma política permanente. A Secretaria também se comprometeu em realizar a dobra para a Educação Profissional e Especial.

Readaptados - A APP apresentou à secretária a grande preocupação em relação aos professores readaptados definitivamente e temporariamente. "Reivindicamos um levantamento de todos os readaptados, a situação de saúde de cada um, as questões da vida funcional e também os direitos desses trabalhadores. Reivindicamos, inclusive, que é necessária a aposentadoria daqueles que não têm mais condições de exercer sua atividade laboral por conta de doença oriunda do trabalho", informou a presidente da APP.

Segundo ela, a professora Yvelise também demonstrou a preocupação referente a esse segmento da categoria e instituirá uma Comissão para amplo levantamento e busca de soluções de todos os problemas encontrados. A APP fará parte da Comissão, além da Seed, a Secretaria de Estado de Administração e Previdência (Seap) e também solicitamos a presença da perícia médica. O cargo de 40 horas aos readaptados continua como pauta da APP, pois entendemos que é um direito.

Concurso de Remoção - Está previsto para a próxima semana a abertura do processo do Concurso de Remoção. As inscrições serão on-line, conforme disponibilidade das vagas. É importante ressaltar que aqueles que realizaram a dobra poderão participar do processo. Também é válido lembrar a todos os professores que se encontram trabalhando com ordem de serviço, que estes também necessitam participar da remoção. Os professores lotados nos municípios terão prioridade e aqueles que não se inscreverem serão lotados compulsoriamente. A perspectiva é a lotação de todos os professores.

Fixação dos professores dos Ceebjas - A APP cobrou mais uma vez a lotação dos professores que atuam nos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos (Ceebjas). Estes estão há muito tempo desempenhando seu trabalho na educação de jovens e adultos, mas ainda não foram fixados. A Seed assumiu o compromisso de no início do ano resolver esse item da pauta.

Distribuição de aulas - A distribuição de aulas aos estatutários será ainda este mês, entre os dias 21 e 22. A APP mais uma vez reivindicou que não haja alteração na classificação dos professores. A Seed se pronunciou favorável a posição da APP em manter a mesma classificação. O GRHS está analisando as condições técnicas para a realização do processo. Em breve a resolução da distribuição de aula estará publicada.

Progressão dos Funcionários (as) de Escola - Na reunião, foi fechada a proposta de resolução da primeira progressão dos funcionários de escola. A avaliação de desempenho será realizada em cada escola com comissão formada pelo diretor ou vice-diretor, professor (a), pedagogo (a) e agente educacional I e II eleitos pelos seus pares e um representante da comunidade escolar e acontecerá ainda esse ano. A comprovação de titulação deverá ser entregue nos Núcleos Regionais de Educação até o dia 21 de dezembro.

ATENÇÃO: Todo o processo terá resolução específica, tanto para a avaliação de desempenho, quanto para a pontuação dos títulos. Valerão para a primeira progressão todas as atividades de formação realizadas, sendo que só se utilizará o total de 40 horas. A proposta é muito próxima àquela apresentada pela APP. Esses critérios serão somente para essa primeira progressão. Assim que as resoluções estiverem prontas, serão disponibilizadas no site e as orientações serão enviadas às escolas. A progressão assim que efetivada, será retroativa ao mês de agosto de 2009. Uma vitória importante da nossa luta.

Substituição de títulos para promoção no QFEB - A APP voltou a cobrar uma solução para a promoção dos funcionários (as) que utilizaram título de Ensino Médio e Superior no antigo quadro do QPPE e que, agora, ficaram impedidos de utilizá-los. À época, era possível a utilização de outros critérios para avanço. A Seed continua realizando esse debate junto à Seap para a resolução desse problema para que assim todos possam utilizar a titulação para a promoção no QFEB.

Contratos PSS - A Seed reafirmou a prorrogação dos contratos PSS de professores (as) e funcionários (as). Haverá abertura de novos processos de inscrição para contratos PSS nos NRE onde não houver mais remanescentes classificados.

13º Salário - A Seed confirmou o pagamento do 13º salário para o dia 11 de dezembro, como já havia sido anunciado. Todos receberão na data, inclusive os PSS.

Nomeações de concursos - Haverá a nomeação de 381 funcionários (as) do QFEB, Agente II, ainda este ano. Também espera-se para os próximos dias a homologação dos (as) professores (as) considerados inaptos. Assim, será possível realizar a nomeação de aproximadamente 2.500 professores (em torno de 1.100 inaptos e 1.445 que já receberam homologação) ainda este ano. As demais nomeações ficarão para 2010. Todos os processos têm acompanhamento da APP. Em relação ao concurso para professores de 2007, este tem validade até março de 2010 e poderá ser prorrogado por mais dois anos.

PDE - A Seed acolheu as proposições que a APP apresentou referente a proposta de lei do PDE. O projeto está praticamente fechado. Assim que a entidade receber a proposta corrigida, disponibilizará à categoria. Muitos avanços foram alcançados e a perspectiva da política de formação do PDE tornar-se lei é a garantia de permanência dessa iniciativa para que possa atingir toda a categoria.

Também está presente a proposta de liberação de seis meses para realização de mestrado e doutorado e o pagamento de gratificação aos mestres de 10% e aos doutores de 15% sobre o salário. É uma política de valorização para a categoria.

Cidades do ABC aderem à agenda do trabalho decente (CUT Nacional) **09/12/09**

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

A primeira Agenda Regional do Trabalho Decente no Brasil começou a ser desenhada no ABC no começo do mês, com a assinatura da carta de compromisso e a criação de um grupo de trabalho tripartite formado pelo poder público, sindicatos e empresários para tratar do assunto.

A iniciativa está baseada na Agenda Nacional do Trabalho Decente e vai estabelecer indicadores de avaliação, com prioridades, metas e prazos para identificar os segmentos que contam com formas precárias de trabalho.

"Teremos esses indicadores até abril, quando vamos realizar a primeira conferência sobre o tema", revela José Freire da Silva, diretor do Sindicato dos Químicos do ABC, coordenador do grupo de trabalho.

Presente ao evento, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, disse que a iniciativa do ABC é um modelo para o País. "Outras regiões deviam seguir esse exemplo", afirmou.

Vanguarda

"O ABC é vanguarda das lutas sindicais e nos avanços sociais. É uma região politizada, onde o trabalhador tem consciência do seu papel e os empresários sabem que ainda precisam avançar no combate às formas precárias e degradantes de trabalho", disse.

Para a diretora da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Laís Abramo, o ABC sai na frente porque já dispõe de prática coletiva de negociação e da estrutura tripartite do Consórcio de Prefeitos.

"Há dez anos a OIT já trabalha com a proposta de trabalho decente como fonte de dignidade, cidadania e inclusão social. É uma estratégia que deveria estar no centro das políticas de combate à pobreza", destacou.

Assunto esteve no 6º Congresso

Trabalho decente foi um dos principais temas do 6º Congresso dos Metalúrgicos do ABC, realizado em maio passado.

Ele está na agenda do Sindicato há pelo menos cinco anos, desde a campanha Não caia nessa arapuca, de combate ao trabalho sem carteira assinada.

Ação coletiva

O assunto foi para a agenda regional com o seminário O ABC do Diálogo e do Desenvolvimento, realizado em março, diante da conclusão de que trabalho de qualidade e com direitos é uma maneira de combate à crise e de estímulo ao desenvolvimento social e econômico.

Bancários negociam aditivo com Santander e obtêm primeiros avanços (CUT Nacional) 09/12/09

Escrito por Contraf-CUT

Na terceira rodada de negociação com o Grupo Santander Brasil, realizada nesta terça-feira, dia 8, em São Paulo, a Contraf-CUT, as entidades sindicais e a Afubesp obtiveram avanços para a renovação do Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2009/2010.

O banco espanhol aceitou a inclusão de duas novas cláusulas e melhorias em outras, bem como recuou e propôs a manutenção dos incentivos à aposentadoria, como "pijama" e abono indenizatório, até 31.08.2010. Na rodada anterior, ocorrida no dia 18 de novembro, o banco já havia concordado com a renovação da maioria das cláusulas do aditivo vigente, prorrogado até 31 de dezembro.

Prêmio de dois salários para quem já tem 25 anos de banco

O banco também atendeu a reivindicação das entidades de pagar o prêmio de dois salários para cerca de 1.600 funcionários do Santander que completaram 25 anos de banco até o final de 2008. Anteriormente, esses trabalhadores não haviam sido incluídos na extensão desse benefício vigente no Real.

A forma de pagamento dessa importante conquista, no entanto, ainda não está definida, diante da falta de orçamento previsto para efetuar o crédito para todos em 2010. "Trata-se de uma conquista que valoriza os empregados que há tanto tempo contribuem igualmente para o crescimento do banco", afirma o secretário de imprensa da Contraf-CUT, Ademir Wiederkehr.

Nova rodada na próxima semana

Diversas propostas de inclusão de novas cláusulas ficaram pendentes e o banco ficou de trazer respostas para a próxima rodada, a ser realizada na semana que vem, quando será discutido o Acordo do Programa de Participação nos Resultados (PPR) do exercício de 2009.

"Tivemos avanços importantes, na busca da construção do primeiro aditivo conjunto para os bancários do Santander e Real, mas é preciso evoluir ainda mais, como forma de valorização das ideias dos trabalhadores para preservar empregos, melhorar as condições de trabalho e assegurar qualidade de vida", avalia o dirigente sindical.

O banco defendeu a assinatura do aditivo com validade por dois anos, até 31.08.2011. Não é a primeira vez que a ampliação do prazo é proposta pelo Santander. Em 2001, foi aprovado um acordo coletivo para os funcionários do

Banespa com duração de três anos, renovado em 2004 por mais dois anos. O banco também reiterou que o aditivo deve ser firmado em conjunto com o acordo de PPR.

Várias propostas de inclusão, entretanto, não foram atendidas. O banco não aceitou a garantia de emprego no processo de fusão e se recusou a trazer para o aditivo os benefícios sociais que constam na cartilha distribuída, em maio, aos funcionários, como a ajuda social extraordinária e o auxílio-academia. A empresa também se opôs a estender direitos dos bancários da Espanha, como os cinco dias de ausências abonadas por ano (abono-assiduidade), bolsa de férias e licença para exames pré-natais.

Primeiros avanços conquistados no aditivo:

Licença remunerada pré-aposentadoria ("pijama") - o banco aceitou a continuidade desse incentivo, onde o trabalhador fica em casa um ano antes de se aposentar e recebe como se na ativa estivesse, como forma de evitar demissões. A validade será até 31.08.2010.

Abono indenizatório - o banco concordou em manter esse incentivo até 31.08.2010 para quem reúne condições de se aposentar no INSS e ainda permanece trabalhando. No entanto, os dirigentes sindicais reivindicaram a elevação dos valores oferecidos pelo banco, visando torná-los atrativos para ampliar as adesões, a fim de abrir vagas.

Auxílio-educação - o banco propôs a ampliação de 1.250 para 2.000 bolsas de estudo para os trabalhadores e a manutenção das atuais bolsas concedidas para os funcionários do Real, respeitando os critérios hoje vigentes, como a não-reprovação. Além disso, o banco ficou de fazer um levantamento sobre as necessidades dos trabalhadores (cursos de primeira graduação, segunda graduação, pós-graduação, etc).

Licença-adoção aos pais - os trabalhadores que vierem a adotar crianças terão cinco dias consecutiva de licença, sendo o mínimo de três dias úteis, conforme reivindicação das entidades.

Licença sem vencimentos - os trabalhadores terão direito a um mês de afastamento do trabalho em casos como hospitalização prolongada ou doença grave do cônjuge ou de parente.

Comunicação sindical - o banco aceitou a reivindicação de disponibilizar na sua intranet um link "Informações sindicais" que dará acesso aos sites das confederações, como a Contraf-CUT, e ficou de estudar a inclusão da federação e do sindicato de cada base territorial.

Abono de ausência para funcionários com deficiência - o banco concordou em ampliar o direito de ausentar-se do trabalho, incluindo a saída para aquisição de aparelhos.

Outros avanços importantes:

Prêmio de dois salários para quem já completou 25 anos - após pressão das entidades, o banco concordou em pagar aos trabalhadores do Santander que não haviam sido incluídos na extensão desse benefício vigente no Real. A forma de pagamento ainda não está definida, diante da falta de orçamento previsto para efetuar o crédito para todos em 2010. Quem sair antes do banco deverá receber na aposentadoria ou na rescisão.

Centro de realocação - o banco se comprometeu em fazer nova divulgação do programa "Venha Trabalhar na Rede", visando a realocação de trabalhadores dos centros administrativos atingidos pelo processo de fusão.

Principais pendências:

Patrocínio do Banesprev, HolandaPrevi, Bandeprev, Sanprev e Cabesp - o banco ficou de avaliar a reivindicação de garantir o patrocínio no aditivo e/ou renovar/firmar termos de compromisso.

Eleições no HolandaPrevi e Sanprev - o banco também ficou de analisar a reivindicação de formar um grupo de trabalho para discutir o processo de eleições diretas para representantes dos participantes nos Conselhos Deliberativo e Fiscal e na Diretoria.

Auxílio-academia - o banco ficou de avaliar a reivindicação dos bancários de unificar o valor do reembolso de academia de ginástica para todos os funcionários do país. Em São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, o teto é de R\$ 60. Para os demais estados, o limite é de até R\$ 50.

Procedimento do RH para retorno de afastados - o banco ficou de estudar a inclusão de cláusula no aditivo para garantir que, no retorno ao trabalho após afastamento previdenciário, o funcionário poderá quitar eventual dívida decorrente desse motivo através de débitos mensais, limitados a 30% do salário.

Isenção de tarifas e redução de juros - o banco ficou de analisar o levantamento, a ser feito pelos dirigentes sindicais, sobre as práticas dos demais bancos em relação aos seus funcionários. A reivindicação é conquistar as menores taxas em linhas como crédito imobiliário, cheque especial, cartão de crédito e empréstimos consignados.

Igualdade de tratamento para dirigentes sindicais - o banco ficou de estudar a possibilidade de oferecer cursos de capacitação e requalificação para os funcionários com mandato sindical.

PPR

Em relação ao acordo do PPR, que será tema central da próxima rodada, os trabalhadores esperam um novo modelo para essa importante remuneração. "Reivindicamos o pagamento do PPR, assim como a PLR, com base no balanço que apresenta o maior lucro líquido e que o acordo seja construído em critérios justos e transparentes, com pagamento de forma linear para os funcionários", destaca a diretora do Sindicato dos Bancários de São Paulo e coordenada da mesa de negociações, Rita Berlofa.

Trabalhadores na Volks do ABC aprovam dias adicionais para 2010 (CUT Nacional) 09/12/09

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Em assembleia realizada na tarde desta terça-feira (8) no pátio da fábrica, em São Bernardo, os trabalhadores na Volks aprovaram por maioria absoluta um calendário de dias adicionais para de 2010 negociado entre a empresa e o Sindicato.

A aprovação ocorreu poucos dias depois que a montadora anunciou investimentos de R\$ 6,2 bilhões em suas fábricas no Estado de São Paulo, em um dos maiores aportes de capital que promoveu desde que se instalou no Brasil, há 50 anos.

"Essas duas decisões indicam que a Volks não só acredita na economia do País, mas deseja também aumentar a participação da marca dentro do mercado nacional", disse o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre.

"Este cenário é positivo para a categoria", afirmou. "No momento em que uma empresa de seu porte mostra que deseja elevar a produção, toda a cadeia produtiva ligada a ela segue o mesmo caminho e também investe para poder atender a montadora", prosseguiu o dirigente.

"Todo esse mecanismo é favorável a abertura de novos postos de trabalho", destacou Sérgio Nobre.

Descanso merecido

Na opinião do coordenador da Comissão de Fábrica, José Roberto Nogueira da Silva, o Bigodinho, a aprovação massiva da proposta ocorreu porque ela atende os reais interesses dos trabalhadores na empresa.

"Em primeiro lugar, a proposta não estende a jornada de trabalho diário", explicou Bigodinho. "Depois, ela tem o mérito de não prever apenas dias adicionais, mas também definir um grande número de folgas que permitirão aos companheiros um descanso merecido depois de cumprirem a jornada", concluiu o coordenador da Comissão de Fábrica.

Sindicato faz novo protesto contra aumento do IPTU (CUT SP) 09/12/09

Participe da manifestação e mostre para o prefeito Kassab sua indignação contra o reajuste abusivo do imposto

Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

São Paulo – O Sindicato realiza mais um protesto contra o aumento abusivo do IPTU, que pode elevar o tributo em até 300% nos próximos dois anos. O reajuste promovido pelo prefeito Gilberto Kassab, e aprovado pela Câmara Municipal, ainda penaliza os trabalhadores, já que o aumento será menor nos bairros mais ricos.

A atividade será realizada na segunda-feira 14 de dezembro, ao meio-dia, em frente à sede da Prefeitura, no Viaduto do Chá. “A participação da população é muito importante. O Sindicato está em contato com outras entidades de representação dos trabalhadores e do movimento social para ampliar os protestos e garantir a participação de mais gente. Afinal, são os trabalhadores os principais prejudicados com o aumento desse imposto”, diz o presidente do Sindicato, Luiz Cláudio Marcolino.

O Sindicato já realizou um grande protesto contra o aumento do IPTU no dia 1º de dezembro, em frente à Câmara Municipal. No mesmo dia, a bancada de vereadores que apóiam Kassab aprovaram o reajuste, enquanto os bancários continuavam com as manifestações na galeria do plenário. Nas faixas, espalhadas no prédio do legislativo, o prefeito ganhou um novo apelido: Taxab.

SITES PESQUISADOS
 www.folha.com.br







O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:

imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

